autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DE 30 / 12 / 16.
Pág. 127 Col. 3.
Contendo

João Carlos Dias Chaves
Técnico Administrativo
RF 11.336

À Comissão de Finanças
Em 14 / 12 / 16.
João Carlos Dias Chaves
RF. 11.336

RECEBIDO
Comissão de Finanças e Orçamento
Em 14/12/16 às 16h53.
RF
Carmen Cristina Malavazzi
RF 11.197 - SGP.12

À SGP-33, PARA ARQUIVAMENTO nos termos do artigo 275 do Regimento Interno.
São Paulo, 02 / 01 / 2017
Nome Elaine Gonçalves Gaviolli
Secretária da Comissão
RF 1004455
DE SGP-12

118242

SECRETARIA DE DOCUMENTAÇÃO
SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL
Proc. encerrado com 20 folhas
Arquivado em 09/01/2017
O Func.º
Lucas Manuel de T. Alves Soto
Técnico Administrativo
RF 11.234

Segue(m) juntado(s), nesta data, documento(s) rubricado(s) sob nº 21 e folha de informação sob nº 22 21/02/2017
André de Oliveira Leonardo
Técnico Administrativo
RF 11.226

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

DEFERIDO
2017

Folha nº 21
04 - 0006 2013
o func.

André de Oliveira Leal
Técnico Administrativo
RF 11.226

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

REQUERIMENTO

RDS
135/2017

Senhor Presidente,

REQUEIRO, nos termos do art. 275 do Regimento Interno, o retorno à tramitação das proposições elencadas a seguir: PDL 30/2015; PDL 56/2015; PL 2/2014;PL 4/2014; PL 8/2014;PL 15/2014; PL 16/2011;PL 17/2011;PL 21/2014; PL 23/2013; PL 36/2014;PL 42/2013; PL 52/2013; PL 59/2014; PL 63/2013; PL 63/2014; PL 65/2010; PL 69/2014; PL 70/2014;PL 81/2013; PL 82/2016; PL 87/2014; PL 120/2013; PL 126/2016; PL 128/2014;PL 137/2014; PL 151/2013; PL 155/2013; PL 156/2013;PL 168/2013; PL 176/2013;PL 181/2014;PL 194/2013; PL 195/2014; PL 201/2013; PL 213/2013; PL 214/2013;PL 228/2014;PL 229/2014;PL 245/2014;PL 251/2014; PL 256/2013; PL 266/2013; PL 268/2012; PL 276/2013; PL 290/2013; PL 294/2016; PL 304/2014; PL 313/2013; PL 315/2013; PL 316/2014; PL 325/2014; PL 328/2013; PL 329/2013; PL 330/2013; PL 330/2014; PL 331/2014; PL 332/2013; PL 337/2013; PL 339/2014; PL 348/2014; PL 363/2013; PL 366/2015; PL 394/2013; PL 396/2013; PL 398/2012; PL 399/2014; PL 400/2014; PL 401/2014; PL 404/2015; PL 419/2013; PL 429/2014; PL 430/2014; PL 434/2014; PL 441/2014; PL 454/2015; PL 472/2014; PL 474/2014; PL 485/2013; PL 490/2014; PL 496/2012; PL 506/2015; PL 513/2013; PL 519/2013; PL 520/2013; PL 524/2015; PL 526/2013; PL 527/2013; PL 528/2013; PL 531/2013; PL 533/2013; PL 545/2013; PL 546/2013; PL 555/2013; PL 557/2013; PL 570/2015; PL 572/2013; PL 573/2013; PL 585/2013; PL 600/2013; PL 600/2015; PL 601/2011; PL 610/2013; PL 623/2013; PL 644/2013; PL 678/2013; PL 679/2013; PL 761/2013; PL 762/2013; PL 764/2013; PL 781/2013; PL 782/2013; PL 810/2013; PL 811/2013; PL 820/2013; PL 823/2013; PL 844/2013; PL 854/2013; PL 859/2007; PL 868/2013; PL 879/2013; PL 898/2013; PL 899/2013; PLO 1/2014; PLO 2/2013; PLO 5/2015; PLO 6/2013; PLO 8/2013; PLO 19/2001; PR 3/2014; PR 13/2015; PR 18/2015; PR 19/2013; PR 20/2013;

Sala das Sessões, 14 de fevereiro de 2017

Adriana Ramalho
PSDB

15 FEV 2017

15:45 14/02/2017 017167 - Protocolo Legislativo - SGP.22

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 22

do processo nº 04-0006 de 2013, 21/02/2017 (a)

André de Oliveira Leonardo
Técnico Administrativo
RF 11.226

À SGP.33

Sr. Supervisor,

Encaminho o presente requerimento para as providências pertinentes.

17/02/2017

ANTONIO ISOLDI CALEARI
Supervisor da Equipe de Controle do Processo Legislativo
SGP.22

À SGP.-22

Sr. Supervisor,

Conforme solicitado pelo RDS nº 13-135/2017, segue o presente expediente para volta à tramitação.

21 / 02 / 2017

UBIRAJARA DE FARIAS PRESTES FILHO
Supervisor da Equipe de Arquivo Geral
SGP.33

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

A Comissão de Finanças e Orçamento.

06 / 03 / 17

Tairo Batista Esperança
Técnico Administrativo
RF. 11.232

RECEBIDO
Comissão de Finanças e Orçamento
Em 09/03/17 às 13:00

Mário Sérgio Horta
RF. 101.086-SGP.12

Ao Vereador / À Vereadora
Atílio Francisco

Para Relatar.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento
Em 09 / 03 / 17

Presidente

Obs: Prazo de 8 dias para manifestação, nos termos do § 3º do artigo 63 RI

Seguem juntado 5, [illegible]
e papel de informação rubricado sob folhas
nº 23 a 36. Em 04 / 04 / 17

Mário Sérgio Horta
RF. 101.086-SGP.12

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

Folha nº 23
Processo nº 006/2013
Mario Sergio Horta
RF: 101.086 – SGP-12

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 29 DE MARÇO DE 2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

16792

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos. Com a presença dos Vereadores José Police Neto e Rodrigo Gomes, declaro abertos os trabalhos da terceira audiência pública de 2017.
Informo que esta audiência está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, *link* Auditório *On-Line*.
Passemos, então, ao primeiro projeto desta audiência pública.
PLO 006/13, de autorias dos Vereadores Eduardo Tuma e Ricardo Nunes. "ALTERA OS ARTS. 29, 137, E ACRESCENTA ART. 137-A, TODOS DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SAO PAULO, TORNANDO DE EXECUÇÃO OBRIGATÓRIA A PROGRAMACÃO CONSTANTE DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL."
Não há inscritos para discutir esse PLO.
Para compor a Mesa, convido o Sr. Ahmed Sameer El Khatib, Coordenador Geral do Orçamento da Secretaria da Fazenda.
Tem V.Exa. a palavra.
O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB – Bom dia a todos. Sou Coordenador Geral do Orçamento da Subsecretaria do Planejamento e Orçamento Municipal da Secretaria da Fazenda.
Vamos nos ater aos aspectos técnicos do PLO, sem entender muito a motivação para tornar a Lei Orçamentária Anual do Município de execução obrigatória, tipificando como crime a sua não execução, o que fere alguns princípios constitucionais. O princípio da não vinculação da receita, por exemplo, cria um crime diferente do que nós temos hoje aqui no nosso município. Então, não ficou muito claro para nós da Secretaria da Fazenda o que motivou a criação desse Orçamento total impositivo que vai de encontro com o que conversamos e discutimos no ano passado em relação à Emenda Constitucional nº 85, que normalmente já tinha criado um Orçamento positivo na ordem de 1.2%, que o próprio Município de São Paulo reduziu para 0.8%, tornando uma parte da Lei Orçamentária Anual de execução obrigatória por parte dos Vereadores. O que não nos parece ter muito fundamento técnico e orçamentário é transformar a lei inteira, na sua integralidade, de execução obrigatória.
Então, da nossa parte, em termos técnicos, somos totalmente desfavoráveis ao prosseguimento desse projeto de lei e queremos entender um pouco melhor suas nuances e suas principais motivações.
O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, não posso fazer a sustentação nem a defesa oral do projeto porque não sou proponente da matéria. No entanto, participei de um debate intenso nesta Comissão tentando jogar um pouquinho de luz no processo de planejamento orçamentário da Cidade. Naquele momento, tentávamos compreender qual o grau de aderência que os Orçamentos aprovados pela Câmara acabavam por conquistar ao final da sua execução. Talvez uma das coisas que mais angustie a sociedade, representada na Casa Legislativa, é que a fórmula que ainda existe para execução da Lei Orçamentária permite que programas inteiros sejam aniquilados apenas com uma assinatura do Prefeito, ladeada pela assinatura do Secretário de Finanças.
Então, se amanhã a Prefeitura quiser acabar com um programa que não esteja constituído por lei, mesmo estando na Lei Orçamentária, é possível. Sem dúvida nenhuma, parte da manifestação que o Parlamentar pode fazer de discordância disso é apresentar iniciativas legislativas que vão de encontro a isso; portanto, enfrentando uma tese que, como parlamentarista que sou, ainda agride o equilíbrio e a harmonia entre os Poderes.
Portanto, há ainda uma fragilidade do ponto de vista da execução orçamentária que torna os Parlamentos frágeis demais. E aqui digo que a solução encontrada pelo Governo de coalisão, seja tocado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, seja pelo Presidente Lula, de conferir ao Parlamentar o título de subproduto do Executivo, passando a ter uma emenda que pode ser executada e, portanto, dando ao Parlamentar parcela da função executiva, acaba por criar uma segunda anomalia, porque é dada ao Parlamentar essa condição de subproduto do Executivo e agora se tenta, dentro do Orçamento, tornar esse subproduto uma execução obrigatória. Então, é amarrar o cachorro com a linguiça ou com a salsicha vencida por incapacidade de oferecer merenda de qualidade às crianças. E aí se cancela o programa de merenda porque está sobrando salsicha.
Isso tudo para dizer que há um pacto entre o Executivo e o Legislativo que não foi produzido. Por isso, iniciativas como o PLO 006/13 acabam por exorbitar verdadeiramente. Tornar o Orçamento

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

inteiro impositivo não tem nenhum fundamento do ponto de vista do planejamento. Da mesma forma que não executar um programa inteiro também não tem nenhum fundamento, apesar de continuarmos tendo a possibilidade de programas inteiros, mesmo aprovado na Lei Orçamentária e não ser executada.

Então, acho que vamos precisar, juntamente com a equipe técnica que dá suporte à Secretaria de Finanças do Município, em especial a área de planejamento, buscar um consenso naquilo que é a participação que o Parlamento deve ter na elaboração, dentro do Legislativo, da peça orçamentária e as obrigações consequentes da lei. Porque, na realidade, a imposição colocada ao Executivo é o cumprimento da lei; e a lei permite ao Executivo untar o remanejamento, dado pelo próprio legislador. Talvez, então, o grande debate a se fazer seja: os remanejamentos são grandes demais? Eles estão permitindo que programas inteiros sejam aniquilados? Portanto, o Parlamento tem que sair da posição de joelhos que se encontra e dialogar com o Executivo de forma a lhe apontar a representação de cem por cento da sociedade que o Parlamento tem; diferentemente do Executivo, que tem só por obrigação representar 50% mais um como resultado eleitoral.

Acho as premissas desse processo são antes de qualquer leitura constitucional e legal do princípio da nossa democracia de equilíbrio e harmonia entre os Poderes. Se conseguirmos consagrar isso, talvez não precisemos nem recorrer à ilegalidade ou inconstitucionalidade, porque se deu o princípio básico da harmonia e hierarquia na democracia que os Poderes têm que ter.

Talvez esse seja o melhor diálogo, reunindo todas as matérias que tratam os PLOs que tentaram ou derem uma condição de Orçamento impositivo ou coisa que o valha. Acho que esta Comissão pode ter, neste ano, um debate muito importante de o que de fato a Câmara deve aprovar e como aprovar, para que não tenha as obrigações inconsequentes nem na Lei Orgânica nem em outro diploma legal.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, nobre Vereador José Police Neto.

Faço o registro de que já estamos debatendo este tema há cinco anos nesta Casa. De qualquer maneira, é um projeto que tem uma maturidade política aqui dentro, considerando todas as razões técnicas expostas pelo representante da Fazenda do Governo e pelo Vereador Police Neto.

As inscrições para debater este projeto estão abertas. (Pausa)

O Vereador Rodrigo Gomes quer usar a palavra?

O SR. RODRIGO GOMES – Eu me abstenho sobre falar neste momento, porque existe a questão entre Lei Orçamentária e o financeiro. Então, são assuntos que teríamos que nos aprofundar cada vez mais. E, de certa forma, como o próprio Vereador Police Neto falou, se há esse diálogo entre os Poderes, é importante que se tenha, também, a execução entre esses Poderes.

Então, neste momento, eu prefiro me abster e me aprofundar melhor, principalmente na questão da Lei Orçamentária e o financeiro. Temos de balancear isso para que, como o próprio Vereador Police disse, programas inteiros sejam aniquilados por conta do Executivo e por essa prerrogativa e sem a constatação do Legislativo em alguns aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, considerando que não tem ninguém mais inscrito, agradeço a presença do representante da Fazenda.

O SR. AHMED SAMEER EL KHATIB – Agradeço, também, aos Vereadores Tatto, Police Neto e Rodrigo Gomes e à CGO - Coordenadoria Geral do Orçamento -, que é a responsável pela preparação da Lei Orçamentária Anual, das diretrizes que antecedem esse orçamento e me coloco à disposição desta Casa para aprofundar o tema, para discutir, sempre na dinâmica da parceria que tivemos nos últimos anos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, então.

Está encerrada a audiência pública sobre o PL 006/13.

O próximo item é o PL 120/14, de autoria do nobre Vereador Toninho Vespoli.

- É lido o seguinte: (PL 120/14)

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – As inscrições estão abertas. (Pausa) Não há inscrição.
Vamos ouvir o Sr. Laerte Brasil, figura muito conhecida e trabalha em uma ONG interplanetária.
O SR. LAERTE BRASIL – ONG não. É uma central.
Acho que o projeto é de suma importância para a cidade de São Paulo e, além disso, até para o País. Mas quero me ater no seguinte: o orçamento, da cidade de São Paulo,... ele só debate o orçamento de 55 bilhões. Não debate o PIB da cidade de São Paulo, que é de 575 bilhões. O Município representa cerca de 36,6% do Estado. O Estado não investe nada na cidade de São Paulo e cerca de quase 12% vai para o Governo Federal.
Mas, para encerrar aqui, como se trata de PL de pessoas desaparecidas, vou me ater aqui. Com o dinheiro roubado, que foi distribuído para o Presidente desta Casa e Vice-Presidente,... ele distribuiu dinheiro roubado, propina, para um elemento...
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu queria que o senhor se ativesse ao PL. Denúncia é com a Corregedoria da Casa.
O SR. LAERTE BRASIL – Não, mas eu vou encerrar... Mas esse Jornalista Souza Neto é um verdadeiro mequetrefe, um Zé ruela, porque ele está pegando propina e ele vai... para em chantagear, aqui, com o Presidente, e o Vice distribui, ele vai de gabinete em gabinete me chantageando. Inclusive, até para pessoas que frequentam a reunião. Ele é um Zé ruela, um vagabundo...
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok. Obrigado, Laerte Brasil.
São palavras ofensivas...
O SR. LAERTE BRASIL – Inclusive, esse elemento...
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Peço que o senhor encaminhe todas essas denúncias e colocações para a Corregedoria da Casa.
O SR. LAERTE BRASIL – Inclusive, ele anda de bermuda em reuniões, neta Casa, e o Regimento Interno desta Casa, até para os Vereadores, vamos dizer, tem que entrar de terno no plenário. E esse Zé Ruela aí anda de bermuda.
Era o que eu tinha para dizer. Muito obrigado pela palavra.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem.
Feito o debate do PL 120/2014, não há mais oradores inscritos. Encerrada a audiência do PL 120/2014, do Vereador Toninho Vespoli.
O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, o que significa Zé Ruela?
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por exemplo, eu me chamo Jair José, então sou Zé; você é o José Police, então Zé. E ruela é de carro, de ônibus. É a roela ou ruela que fala? A ruela, né? Bom, eu vou pedir que ele encaminhe à Corregedoria da Câmara, e lá eles interpretam o que é Zé Ruela.
Passemos ao próximo item, PL 627/2013.

- "PL 627/2013, de autoria dos Vereadores dos Vereadores Alfredinho, Arselino Tatto, Goulart, Jair Tatto, Milton Leite e Ricardo Nunes. RENUMERA O SEGUNDO ART. 7º DA LEI 11.198, DE 19 DE MAIO DE 1992, COMO ART. 7º-A E CRIA O PARAGRAFO UNICO, PARA ESTABELECER LIMITE MINIMO DE RECURSOS A SEREM DESTINADOS AOS DISTRITOS DE PARELHEIROS E DE MARSILAC, (SUBPREFEITURA PARELHEIROS), E DA OUTRAS PROVIDENCIAS."

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Aberto o debate para discutir o PL 627/2013.
Há um inscrito, o Sr. Mark Roberto, de Parelheiros.
O SR. MARK ROBERTO – Bom dia a todos. Meu nome é Mark, moro em Parelheiros, o maior distrito de São Paulo – se olharem no mapa de São Paulo, Parelheiros e Marsilac é o tamanho da zona Leste inteira. Infelizmente, há uma subprefeitura para cuidar de uma região imensa, e o menor recurso orçamentário de São Paulo.
Como vocês vão discutir valores, e como vai ser feito, o certo seria, pelo menos, fazer um gráfico de pizza, dividindo cada região por zona – zona Leste, 25%, zona Oeste, 25%, zona Sul, 25%... Ou, como tem a região central, divide em cinco partes. Com isso, você consegue ter um valor melhor para cada região e um valor orçamentário para cada região. Uma vez que, como contribuinte, meu bairro é regularizado no meio do mato, pago IPTU, que é uma coisa muito bonita – todo ano vem aquele papel, e eu xingo o Vereador que eu elegi e os outros 54 Vereadores, porque é uma estrada

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

de terra. Em 2015, eu estive na Câmara do Bairro, no CEU de Parelheiros. Não lembro se o Vereador Jair Tatto estava.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não.

O SR. MARK ROBERTO – Estava o Ênio e o Alfredinho. Eu expus todos os problemas do meu bairro, porque eu só tenho iluminação pública. É a coisa mais bonita: funciona um dia. Você pede para arrumar dez lâmpadas, eles passam lá, arrumam uma, e nove continuam no escuro. Moro numa rua de terra. E o meu bairro possui lagos públicos, que são da Prefeitura, que já tem projeto na subprefeitura – aliás, agora é prefeitura regional – para fazer desassoreamento e limpeza. Não pode ser feito agora, diretamente, porque o prefeito regional infelizmente é o meu vizinho da rua debaixo, e ele também não pode pedir, devido ao jurídico do município, a fazer as melhorias no bairro.

Eu abro o SAC – desde o ano passado tem diversos SACs; ano retrasado, milhares de SAC – para arrumar a rua, pavimentar, colocar guia e sarjeta, arrumar os lagos, e a única coisa que eu vejo nas benfeitorias é como indeferido. Todas as vezes é indeferido, ou o passa o patrola, no famoso "raspa terra de rua", joga um pouquinho de cascalho. E quando chove vai tudo para onde? Para os lagos públicos.

A pergunta é: o erro é do cidadão, ou do Poder Público, que, no meu bairro, as ruas constam como asfaltadas há mais de 20 anos?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Qual o bairro, Mark?

O SR. MARK ROBERTO – É o São Norberto. A rua detrás da prefeitura é a Estrada do Jusa e o campo de futebol à esquerda.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bosque do Sol, ali perto?

O SR. MARK ROBERTO – Perto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado pela colaboração ao debate.

Roberto Augusto, Parelheiros. Qual é o bairro lá?

- Orador fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Identifique-se, fale seu nome porque temos serviço taquigráfico, e eu sempre estou desatento.

O SR. ROBERTO – Bom dia. Meu nome é Roberto, sou morador do bairro de Parelheiros, e Parelheiros é realmente uma região grande. Na nossa região há cerca de 350 mil eleitores, é uma região importante.

O que eu sinto, como morador, é que realmente estamos sendo muito pouco assistidos. Na verdade, não estamos sendo vistos como um bairro com uma população tão grande, tão densa. Fala-se muito que é uma região de mananciais, que é uma região de proteção ambiental, e isso também é importante, mas os munícipes, as pessoas que moram lá, pagam impostos, pagam IPTU, as pessoas que residem lá precisam ser assistidas. O poder público precisa estar mais presente na região.

Gostaria de deixar aqui um apelo aos senhores para que vejam de forma igualitária. Aquela região por ser o extremo Sul de São Paulo tem suas carências, tem seus problemas como o restante da cidade também tem. Então tem de ser vista da mesma maneira, e não de uma forma, às vezes a gente que é discriminatória. Quem mora em Parelheiros é cidadão de segunda classe, é bairro periférico, é bairro violento. Quer dizer, a mídia passa o lado negativo, não passa o lado positivo, que é uma região muito rica, rica em natureza, é um dos pulmões da cidade de São Paulo, é uma área que tem reserva hídrica extremamente importante, inclusive fornece certo volume de água pura para a cidade de São Paulo. Mas não é só isso, há pessoas, há seres humanos, pessoas que precisam estudar, pessoas que precisam trabalhar, pessoas que precisam de acesso.

No meu bairro, por exemplo, não tem uma linha de ônibus normal, as pessoas transitam a pé quatro, cinco quilômetros pra chegar na avenida principal, na Sadamu Inoue, que corta o bairro. E isso de madrugada, senhoras, jovens andando a pé pra chegar aonde tem o ônibus e poder ir trabalhar. Será que isso é verdade? É real, é verdade, mas parece uma coisa que não existe mais, principalmente em São Paulo, mas ainda existe. Muitas regiões do bairro de Parelheiros ainda têm aquele aspecto rural, não tem asfalto, não tem comércio próximo. Tudo é difícil, o morador tem de se deslocar, quando não tem seu próprio carro. Quando tem o próprio carro, é um gasto terrível, é rua com buraco, pedra, quase que não dá pra manter o carro, ou mantém o carro ou ele come. As

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

duas coisas não dá pra fazer. Ou anda a pé, há muitos andarilhos, as pessoas, o trabalhador tem de andar a pé. O trabalhador tem que ir a pé, voltar a pé, de noite, muitas vezes.
Agradeço a atenção, agradeço esta oportunidade e um bom dia a todos.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Roberto. A senhora está se inscrevendo? (Pausa) E a Dona Nazeli Cabral, do gabinete do Vereador Rodrigo Goulart.
A SRA. NAZELI CABRAL – Bom dia, Presidente. É só pra registrar, a propósito desse projeto, que ele tem uma função bastante importante. A última ata do FUTUR registra orçamento, uma quantidade de 100 mil reais, 50 mil numa determinada dotação e outros 50 mil em outra.
Quando V.Exa., o nobre Vereador Tatto, o nobre Vereador Alfredinho e o nobre Vereador Goulart subscreveram essa proposta, S.Exas. fizeram isso exatamente pensando em, de alguma forma, canalizar alguma verba do Futur(?) para o desenvolvimento do ecoturismo nessas regiões de Parelheiros e Marsilac. Então, realmente é uma área imensa, uma área com grandes probabilidades de ecoturismo, com trilhas, cachoeiras e pontos realmente importantes de serem explorados, que podem contribuir para o desenvolvimento sustentável, protegendo os mananciais.
Sem dúvida, todas essas questões que os ilustres cidadãos trouxeram são absolutamente marcantes, e os Srs. Vereadores têm isso presente. Acho que anualmente emendam o orçamento e as diretrizes orçamentárias, de modo a, de alguma forma, viabilizar um orçamento mais equânime para todas as regiões; mas esse projeto especificamente trata de renumerar um artigo, porque ele foi numerado duas vezes com o número sete. Então, precisava ser alterado e ser incluído um parágrafo único nesse artigo 7-a, que prevê destinar 20% daquilo que é destinado ao Futur(?) para o desenvolvimento do ecoturismo, dos polos do desenvolvimento turístico nas regiões de Marsilac e Parelheiros. Então, seu só queria registrar isso, porque o projeto é realmente muito significativo. Ele pretende que seja uma quantia destinada para esse desenvolvimento, e esse desenvolvimento pode contribuir muito para o desenvolvimento econômico sustentável desses dois distritos, de Marsilac e Parelheiros.
Muito obrigada.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Não há inscritos.
O SR. RODRIGO GOMES – Sr. Presidente, eu gostaria só de fazer uma referência sobre o PL 120. Eu estive com o Subprefeito Regional de Parelheiros, Sr. Olard(?), e S.Exa. realmente tem visões muito positivas em relação ao território de Parelheiros e Engenheiro Marsilac sobre o ecoturismo e, de certa forma, todo o progresso tem o seu preço.
Então, esta Casa tem(?) responsabilidade(?) sim em prever com as (inaudível) território melhores condições de vida, mas também nós temos que preservar o meio ambiente. Nós sabemos que ali é o Centurão Verde Sul da nossa Cidade, que, de certa forma, regula inclusive a temperatura daquela região. Nós precisamos ter também esse discernimento, em poder atuar, de forma positiva e propositiva, aos munícipes daquela região e fomentar sim o turismo, porque eu, enquanto cicloturista(?), tive o prazer de desbravar aquela região. Seria muito importante para a economia. O próprio Secretário de Turismo, Sr. Laércio Benko fala em economia solidária, quando as pessoas vão de forma a usufruir daquela natureza e solidariamente ajudar o território. É importante. Então, nós temos que discutir e pautar isso não só para a região Sul, mas nós também temos um cinturão muito bonito na zona Norte de São Paulo, que é a Serra da Cantareira. Ela também precisa dessa atenção. Então, falo em fomentar o turismo nas zonas Sul e Leste de São Paulo, trazendo à cidade de São Paulo bons tempos, não só para o turismo de negócios, mas para o turismo de aventura e para o ecoturismo. É muito importante ter isso pautado para esse PL.
Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado.
Eu faço aqui uma confusão, mas é Ricardo Gomes.
O SR._____ - Rodrigo Gomes. Ricardo Nunes. Ricardo Nunes, Rodrigo Gomes e Rodrigo Goulart.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É que é a primeira vez que estamos nos vendo esse ano aqui. Mas, é verdade. Eu chamei outro dia o Reginaldo Tripoli de Reginaldo Lopes.
- Manifestação fora do microfone.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não. Reginaldo Lopes é um amigo meu, de Minas Gerais, do PT, era Deputado Estadual. É uma salada aqui.

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Jilmar Tatto. Mas ali houve um equívoco e foi consertado na hora. Então está encerrado o debate sobre o PL 27/2013.

Próximo item é o PL 206/2013 do Vereador Paulo Frange, que cria o Inciso III no Artigo 7º da Lei 15.442 de 09.09.2011 que dispõe sobre a limpeza de imóveis, o fechamento de terrenos não edificados e a construção de passeios, bem como cria o Disque Calçada.

Não há inscritos até esse momento. O debate está aberto. Os Srs. Vereadores querem se manifestar? (Pausa) Não havendo inscritos e nem manifestação, considero então encerrada a audiência pública do PL 206/2013 do Vereador Paulo Frange.

Próximo item é o PL 415/2014, do Vereador José Police Neto – aqui presente, do Vereador Ricardo Nunes, da Vereadora Edir Sales, que dá nova redação ao Artigo 15 da Lei 13.701 de 24.12.2003, que altera a legislação do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza, o ISS.

O Secretário Municipal da Fazenda é o Sr. Carlos Megale foi convidado, mas foi representado já pelo Ahmed e também o Sr. Rafael Barbosa de Souza, auditor fiscal da Secretaria da Fazenda, a quem convido para a Mesa. (Pausa)

Convido também o Presidente do Sescon e Aescon, Sr. Márcio Massao Shimomoto. Está presente? (Pausa) Por favor, peço que venha até a mesa.

Também confirmo a presença dos Srs. Vereadores: Rodrigo Gomes, José Police Neto – autor do projeto -, Pedro Ivo Gandra, Subsecretário da Receita Municipal da Fazenda. (Pausa)

Está igualmente presente e convido para a Mesa o Sr. Adairo Sakata, auditor fiscal da Fazenda do Município.

Quero estabelecer a dinâmica e a ordem. Gostaria que todos se pronunciassem, do Executivo, depois o Sescon, pode ser assim, Vereadores José Police Neto e Rodrigo Gomes? (Pausa). Peço então o pronunciamento, acho que o ideal seria o Sescon.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sr. Pedro, que já dá o tom sobre a questão do impacto. É isso? Então, muito bem, então abro a palavra para o Pedro Ivo Gandra, que é Subsecretário da Receita Municipal da Fazenda. Quero observar aqui que o pessoal da Secretaria da Fazenda tem vindo rigorosamente aqui. O Secretário veio, quando não, manda representantes e isso fortalece a Comissão.

O SR. PEDRO IVO GANDRA – Bom dia a todos os presentes. É sempre um prazer estar aqui, nesta Casa, e o Rafael, que é o representante de uma unidade que cuida da legislação está acompanhando esse projeto já há algum tempo, e deixarei algumas questões técnicas já com ele, mas queria fazer uma breve introdução a respeito das sociedades uniprofissionais.

As sociedades uniprofissionais estamos falando, basicamente, de um regime especial e como todo regime especial teremos uma condição diferenciada para essas entidades, o que dentro de determinados contextos, com previsão legal, é totalmente justo. A questão que estamos tratando é que basicamente o que temos é uma sociedade onde a maioria das empresas, hoje, faz um recolhimento com uma alíquota de 5%, com um alíquota de 25 ou 3% em cima de faturamento e as sociedades uniprofissionais fazem o recolhimento com essa mesma alíquota, em cima de uma base fixa, que inicialmente foi formulada dentro de determinado valor de 800 reais, hoje está em aproximadamente mil reais, por profissional habilitado, e independentemente do faturamento da empresa.

Esse projeto, basicamente eu acho que ele tem dois contextos, tem uma ideia dentro do contexto de tirar qualquer tipo de subjetividade, reduzir a subjetividade e a redução dessa subjetividade é algo que tem que ser trabalhado efetivamente. Então a hoje tem um parecer normativo 03/2016, inclusive posterior a esse projeto que já trata da questão da sociedade uniprofissional, tentando deixar todas as questões com menos subjetivismo.

Houve uma alteração posterior a esse projeto, que modificou o curso do contencioso administrativo das sociedades uniprofissionais. Então as sociedades uniprofissionais anteriormente, dentro de um desenquadramento, de uma impugnação, ela não teria oportunidade de ter essa análise feita por um órgão paritário, que é o Conselho Municipal de Tributos. A legislação foi alterada, também uma legislação posterior a 2014 que hoje permite que a sociedade uniprofissional que não concorde com a lavratura de auto de infração com o desenquadramento, que ela possa ir à segunda instância,

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

caso haja indeferimento na primeira, e discutir isso dentro de um conselho paritário, dentro do Conselho Municipal de Tributo.

Então a gente acredita que esse processo de redução de subjetividade avançou bastante lá de 2014, quando a gente teve a iniciativa do projeto, até hoje e é um processo que a gente está avançando cada vez mais para justamente tentar deixar da maneira mais objetiva possível.

O último ponto que eu quero colocar, que é a afetação em relação ao elemento de empresa, que algo que esse projeto quer tirar do artigo 15, da Lei 13.701. Esse elemento de empresa na sua concepção, ele é algo que lá do Código Civil, do artigo 966, do Código Civil, e que traz para a norma algo que já é de certa forma sedimentado na jurisprudência no sentido de que o elemento de empresa mostra um caráter empresário e esse caráter empresário, se a gente entrar dentro de altos faturamentos, se a gente entrar, por mais que esse conceito possa, de alguma forma, parecer subjetivo e que precisa de uma instância para ser discutida, a gente pode desvirtuar a própria ideia da sociedade uniprofissional, que é a gente beneficiar aquela entidade menor, aquela entidade em que três, profissionais, quatro profissionais, enfim, profissionais habilitados se unem para prestar e aí você se beneficia. A partir do momento que você atenua as regras você dá oportunidade de que determinadas entidades com altos faturamentos não mais recolham com o faturamento, com uma alíquota de 2% e 5%, como todos os contribuintes, mas se enquadrem dentro de determinado regime, especificamente para o desempenho de determinada atividade.

Era isso que tinha a falar. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Registro a presença do Vereador Ricardo Nunes, que é coautor desse projeto.

Passo a palavra ao Sr. Rafael Barbosa de Souza, que também é auditor fiscal da Secretaria da Fazenda, para suas considerações iniciais.

O SR. RAFAEL BARBOSA DE SOUZA – Bom dia a todos. Primeiramente gostaria de agradecer a presença de todos para debater esse assunto que é tão importante, que é foco de reiterado debate junto à administração, junto à sociedade, com relação às sociedade uniprofissionais.

Primeiramente, considerando que essa já é a segunda audiência pública que temos para debater esse projeto e no interesse da concisão, eu gostaria de me reportar e de reiterar integralmente a minha manifestação sobre esse projeto que exarei na primeira audiência pública que ocorreu em 16 de novembro de 2016. Então reporto-me, reitero integralmente os termos da minha manifestação naquela audiência pública, as Notas Taquigráficas estão disponíveis pelo sitio virtual da Câmara, e complemento, acho, que um pouco na toada do que o nosso Subsecretário acabou de mencionar, a gente precisa tomar um certo cuidado ao propor alterações que vão realmente de encontro à própria natureza conceitual da sociedade de profissionais.

A Sociedade de Uniprofissionais é uma figura que, pela sua própria natureza, constitui uma exceção à regra geral de que a tributação sobre serviços se dá sobre o efetivo faturamento por serviços. Essa regra é geral, definida em lei complementar que todos os municípios seguem, ela efetivamente precisa ser... As exceções realmente precisam ser excepcionais e ser fundamentadas efetivamente numa base jurídica muito sólida.

A partir do momento em que a gente propõe a exclusão do conceito de empresa ou do elemento de empresa como elemento que vai identificar uma sociedade que não cumpre com o requisito para ser SUp, nós estamos efetivamente deturpando a própria forma da Sociedade de Uniprofissionais.

A Sociedade Uniprofissional ela é, acima de tudo, um mero suporte, ela se presta apenas a fornecer suporte técnico, suporte material, à execução da atividade profissional e personalíssima dos seus sócios, que essa execução deve se dar de forma individual, com responsabilidade absoluta e ilimitada sobre as consequências dessa prestação.

Não se pode admitir - e aí é a questão do elemento de empresa, do faturamento, do número de sócios, do número de empregados - veja, a partir do momento em que você começa a ter uma sociedade que pratica atos de empresa, atos negociais em nome próprio, que passa a fazer divisão de tarefas dentre os seus sócios, de forma que o sócio não adquira, ou não se responsabilize, pela totalidade daquela prestação.

Quando você passa a ter um faturamento que evidencia ou um porte físico, ou porte de número de funcionários, você começa a ter divisões de atividade de apoio dentro da empresa – você começa a ter RH, começa a ter marketing, administrativo, jurídico – você demonstra que aquela empresa já

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

passou do ponto de ser um mero apoio material e jurídico à atividade dos seus sócios, passa efetivamente a girar no mercado por conta própria e os sócios passam então a assumir uma verdadeira retaguarda na atividade negocial.

A Secretaria da Fazenda se manifesta de forma contrária ao projeto, porque entende que o esclarecimento e a efetivação da uniformidade nos atos administrativos de fiscalização tributária, com relação à SUp, que é um assunto extremamente importante que está sim em pauta na Secretaria da Fazenda, ele deve ser feito por meio de iniciativas e de instrumentos jurídicos que efetivamente respeitem as particularidades da natureza jurídica das SUps.

Como bem mencionou o nosso Subsecretário, nós temos a edição do parecer normativo nº 3/2016, que uniformizou uma série de entendimentos acerca do que é SUp, dos conceitos que estão por trás da SUp, o que a SUp pode ter e o que não pode ter como característica.

Nós tivemos a reforma do nosso processo de contencioso administrativo dos atos de fiscalização e de enquadramento do regime de SUp que passarão agora a ser julgados em primeira instância pela nossa Divisão de Julgamento, em segunda instância pelo órgão colegiado e paritário que é o Conselho Municipal de Tributos, garantindo assim não apenas a uniformização da jurisprudência, mas também o controle social sobre os atos da administração tributária nesse ponto.

Portanto, concluindo, reiterando a nossa manifestação contrária, sem prejuízo de reconhecer como meritória a discussão sobre as SUps, acho que eram esses os pontos que eu tinha a mencionar.

Aproveito mais uma vez para reiterar os temas que foram discutidos na última audiência pública de 16 de novembro.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. da plateia muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Rafael.

Passo a palavra ao Wilson Tadahiro Sakata, Auditor Fiscal da Fazenda do Município.

O SR. WILSON TADAHIRO SAKATA – Bom dia a todos. Acho que a explanação tanto do Pedro quanto do Rafael foram bastante completas. Eu só gostaria de complementar o que foi dito por eles a respeito desse parecer normativo SF nº 3, de 28 de outubro de 2016.

Esse é um parecer normativo que tem caráter interpretativo, ou seja, ele explica as exposições do artigo 15 da Lei 13.701, de 2003. Esse parecer normativo define, ponto a ponto, o que é um profissional habilitado, o que é exercício da mesma atividade, no entender da administração; o que é prestação de serviço, de forma pessoal; responsabilidade pessoal. Então, dessa forma, não creio que haja dúvidas quanto à definição do que seria elementos de empresa, porque existe um enquadramento perfeito do que seria a definição de SUP na nossa legislação.

Obrigado.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Sr. Presidente, eu acho que há dois pontos na fala dos auditores Wilson e Rafael que a gente precisa estabelecer um grau... A primeira questão, e aí eu quero me reportar ao parecer normativo interpretativo que é trazido neste momento, em que pese todo o esforço complementar que o fisco realiza, há de se compreender que a legislação clara evita a necessidade de atos normativos consequentes e inconsequentes. Portanto, se a gente pode tirar a dúvida na lei, não há razão de manter a dúvida para produzir atos normativos complementares àquilo que qualquer cidadão deveria compreender na leitura da lei. Então, o debate legislativo se faz necessário, já que a dúvida persiste, pois o ato normativo é de 2016 e a lei é de 2003. Estamos falando de uma diferença de mais de 20 anos, por isso, a dificuldade de interpretação da sociedade e dos profissionais.

A Câmara se apresenta para resolver a dúvida, e o Executivo vem à Casa dizer o seguinte: prefiro manter a dúvida e, por ato próprio, produzir um entendimento que pode ser trocado a qualquer tempo, por qualquer outro agente que suceder o Wilson, o Rafael ou o Pedro. Portanto, se há que se dar estabilidade ao processo legal, não normativo interno, ele se dá dentro de uma votação com 55 Srs. Vereadores na Câmara.

Não consigo entender a dificuldade de oferta de um novo texto, utilizando todo o cabedal: o projeto de 2014, o ato normativo de 2016, e a gente não conseguiu oferecer para a Câmara a leitura que o Executivo quer para espancar a dúvida. E, na semana que vem, se o Secretário Megale resolver trocar o Wilson, o Rafael e o Pedro, a nova interpretação pode substituir essa que está aí. Portanto, não consigo entender como o fisco abdica de algo fundamental, que é dar estabilidade à norma legal, não ao ato administrativo, consequente ou inconsequente.

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

Não estou nem fazendo a defesa do projeto que elaboramos, estou fazendo a defesa do fisco, da sua estabilidade legal. Não me parece que manter a dúvida a partir de novas normativas transversais possa resolver o problema de interpretação. Então, por melhor que seja a leitura das notas taquigráficas da oferta que o Rafael nos deu anteriormente ao ato normativo, não deu, naquela ocasião, a oferta de informações que poderiam superar a dúvida espancada no ato normativo, até porque o ato normativo foi discutido com os parlamentares que debatem esse tema aqui na Casa? Não me parece que foi.

Portanto, essa é uma interpretação do agente executivo, e quem aprova a legislação é o agente legislativo. Perguntou ao Parlamento o que ele quis dizer, em 2011, com a inovação legal? Ou o Executivo, na época, quando encaminhou para cá o projeto, que foi alterado na Casa? Então, essa é uma questão que ainda me parece muito duvidosa, da forma como a gente está produzindo os consentimentos necessários para a lei. Falo isso por convicção que em 8-07-2011, quando alterada a Lei 13.701 pela Lei 15.406, algo se debateu e produziu efeito aquele debate. Mas o Ato Normativo é de 2016 e vai tentar estabelecer uma normativa em cima de algo que em 2011 foi deliberado pela Casa. Durante esse período, a dúvida; durante esse período, desenquadramentos. A Câmara Municipal foi forrada há dois anos por profissionais de saúde que prestaram serviço enquanto SUP, enquanto clínicas de diálise; que, ao realizarem sua atividade de diálise via SUS, foram desenquadradas, retroagindo a cobrança a 5 anos para cobrar da tabela SUS aquilo que o Município resolveu mudar na interpretação do que era uma clínica de diálise, que, até o dia anterior ao desenquadramento, era uma sociedade uniprofissional, deixando de ser depois. Como se fosse capaz, esse conjunto de médicos, de voltar a tabela SUS e também reparar o volume cobrado de tributo em cima do serviço prestado que é tabelado pelo Governo Federal.

Por incrível que pareça, hoje a gente cobra ISS do setor saúde mais do que em qualquer cidade do planeta possivelmente, porque a gente faz ser incidente, em cima desses profissionais, os 5 anos retroativos mais o que ele está pagando de ISS proporcional hoje, imaginando que, assim, estamos resolvendo um problema do Fisco.

Aqui estou apelando para os três profissionais que estão nos acompanhando hoje. Será que não seria mais simples, ao invés de atos normativos – que podem ser suprimidos, substituídos, alterados discricionariamente pelo Executivo -, termos uma regra legal que espante qualquer dúvida, por mais difícil que seja produzir esse entendimento? Imaginem o que a sociedade gasta na contratação de advogados, de consultores para interpretar os 15 parágrafos do artigo 15 – até hoje – da Lei 13.701, de 2003. Estamos achando que isso ainda faz um bem à sociedade.

Digo isso porque há 5 anos venho tentando destravar o processo de leitura objetivo do que é a sociedade uniprofissional. Cheguei a, neste plenário, perguntar ao Secretário: "Secretário, V.Exa. deseja acabar com a SUP?". Se for isso, a gente compreende. Acaba-se com a SUP, acaba-se com a dúvida. O que não pode é manter a dúvida para gerar inconsequentes desenquadramentos e punição.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – E punição retroativa, foi o que eu falei dos profissionais de clínicas de diálise.

Por mais que a gente queira diferenciar o alto faturamento dos outros faturamentos, todos são contribuintes – por maior ou por menor. Se são 3 profissionais que se uniram numa sociedade uniprofissional, ou se são 10, ou se são 12, ou se são 15, o fundamental aqui é entendermos qual a vocação da Cidade. É uma cidade de prestação de serviços intelectuais por excelência? Se é, esse é o setor em que a nossa legislação tem que ter a maior estabilidade. Porque, senão, a gente perde o serviço que importa à Cidade, que é vender a nossa capacidade intelectual com qualidade, porque a gente põe em dúvida esse prestador de serviço intelectual dentro da cidade de São Paulo. Aí, tudo o que a gente tem de forte, de bom, perdemos para Barueri, para Santana de Parnaíba. Por quê? Porque resolveu-se não se enfrentar a dúvida dentro da lei: resolveu-se produzir, no final do ano passado, novembro de 2016, um ato normativo discricionário do Executivo, que definiu, como aqui bem lembrado pelo Wilson, definiu a interpretação da lei. Desculpa, ao Executivo não compete definir a interpretação da lei. Se há dúvida, quem define a interpretação da lei é o Judiciário, jamais o Executivo. A origem legislativa, no caso, pode ser do Executivo. O Parlamento tem uma obrigação de aprovar, mas se há dúvida de interpretação, infelizmente ou felizmente –

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

depende de onde se está -, na democracia quem define a interpretação da lei é o Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, nobre Vereador Police Neto.

Passo a palavra, para as considerações iniciais, ao Sr. Márcio Massao Shimomoto, Presidente do Sescon.

O SR. MARCIO MASSAO SHIMOMOTO – Nobres Vereadores Jair Tatto, Ricardo Nunes, Rodrigo Gomes, José Police Neto, representantes da Secretaria das Finanças do Município, agradeço a oportunidade por colocar, um pouquinho aqui, a situação dos uniprofissionais.

Cabe, aqui, esclarecer quem são os uniprofissionais, que são uma profissão regulamentada. E por ser regulamentada, ela tem um órgão superior que regulamenta a sua profissão, que diz até onde vão os limites da profissão. Assim como os Contadores têm o Conselho Federal de Contabilidade que limita a sua atuação, os Médicos têm o Conselho Federal de Medicina, os Engenheiros têm os seus Conselhos, todos nós temos uma regulamentação. Dentro das regulamentações, há algumas características que, além do Código Civil, Código Comercial e outras regulamentações legislativas e tributárias, os Conselhos dizem os limites onde podemos ou não atuar. É uma característica dos profissionais liberais. Então, são eles: Médicos, Dentistas, Advogados, Contadores, enfim, todos os profissionais liberais.

A característica do uniprofissional existe já há mais de 40 anos. Temos empresas enquadradas no uniprofissional há 40 anos, sem mudança em sua atividade, sem mudança, talvez, até em seu tamanho, em seu porte. Entretanto, após 40 anos, são desenquadrados por uma interpretação na legislação.

Lógico, temos a lei federal que criou a uniprofissional. E, na lei federal, não há nenhuma limitação de porte, não há nenhuma limitação na forma constitutiva – se é ou não uma limitada, uma SA. Não há nada sobre a constituição jurídica das atividades.

De uma hora para outra, o Fisco faz a interpretação e coloca características de empresa, que não sabemos exatamente o que são. Então, dependendo do critério subjetivo do fiscal, ele pode olhar para a empresa e falar: "Você divide atividades em secretaria, administrativo, financeiro. Então, já não é mais uma... Há características de empresa".

A 966, que foi citada, só diz que uniprofissional é aquela que possui característica de trabalho intelectual. E interpretávamos que empresa é a que está registrada em junta comercial e que tenha atos de comércio, que não é o que os uniprofissionais fazem.

E ainda para se dar uma interpretação subjetiva, criou-se uma PRD em 2015. Junto com a PRD veio uma D-Sup, que é uma Declaração de Sociedade Uniprofissional, onde a partir de 2015, temos de preencher um questionário. Através das respostas desse questionário, a Prefeitura interpreta o que é uniprofissional ou não.

No ano de 2016, no mês de setembro, exatamente no dia 05 de setembro foram mudados os critérios da Desup, em que foi simplesmente inserida uma pergunta: você tem limitada no nome? Se tiver limitada está desinquadrado.

Quem preencheu a Desup antes do dia 05 de setembro conseguiu preencher. Quem preencheu depois estaria automaticamente desinquadrado. Ora, não há na legislação federal nenhum lugar que diga que a forma de constituição jurídica deixa você desinquadrado no meio profissional.

Sabemos que a lei foi alterada em 2011, com a 15.406, e foram inseridos vários critérios profissionais e dentre eles não havia nada falando que limitada poderia ou não ser limitada; uma limitada poderia ou não ser sup. Estamos interpretando que o Poder Executivo nesse caso está criando critérios legislativos de inclusão ou exclusão através de uma declaração ou uma obrigação acessória criando critérios de enquadramento e desinquadramento, colocando uma questão de limitada.

Isso fez com que, aí sim, prejudicou as pequenas empresas, todas elas, praticamente 90% delas têm a denominação limitada. E não é porque está limitada que limita a sua responsabilidade, porque a limitação do objeto social é da sua forma gerencial e não na responsabilidade técnica.

Os conselhos dizem que somos responsáveis ilimitadamente pelos atos que praticamos no exercício da nossa profissão. Não podemos ter essa limitação. Entendemos até que numa das justificativas da Secretaria das Finanças, em que há alguns julgamentos, algumas decisões judiciais dizendo que a limitada não poderia ser uni profissional. Mas são decisões individuais para determinadas características, não podemos expandir uma decisão, que é para uma única empresa,

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

para todo o universo de uni profissionais desinquadrando e criando uma insegurança jurídica muito grande no Município de São Paulo.
Fui cobrado por esta Comissão, Vereador Tatto, na audiência pública passada, se teria alguma estatística dos uni profissionais que estariam descontentes e até querendo sair do Município de São Paulo. Fizemos uma pesquisa e tenho que 5% já saíram de São Paulo e outros 60% tem a intenção de sair se continuar nessa insegurança que temos hoje.
Como disse o Vereador Police Neto, se a vocação da Cidade é ter trabalhos intelectuais de serviços, então a Prefeitura agindo dessa forma, criando insegurança e não resolvendo a insegurança, estamos espantando aquilo que é uma vocação no Município, que deveria ser recepcionar o trabalho intelectual.
Agora, se for comércio ou indústria, aí estariam no caminho correto. Estaria colocando os profissionais liberais, o trabalho intelectual para os municípios que cercam a cidade de São Paulo.
O que queremos e precisamos é criar critérios objetivos. Dizer exatamente: somos, podemos ser ou não podemos ser. Não podemos simplesmente ficar com uma espada na cabeça e a qualquer momento sermos desinquadrados. E pior que isso sermos autuados em cinco anos passados quando a característica dos uni profissionais é distribuição de lucro entre os sócios, porque unimos forças.
São vários profissionais que unem forças até por uma questão de economia na parte administrativa, trabalhamos em conjunto e o resultado fruto desse trabalho é dos profissionais que exerceram. Quem assina pelo trabalho intelectual não é a empresa que assina ou o escritório de advocacia, os uni profissionais representados por uma personalidade jurídica, quem assina a responsabilidade é sempre o profissional.
Então quando o auditor faz uma auditoria não é a empresa de auditoria que assina. Quem assina é o auditor. Quando um profissional da contabilidade faz o seu trabalho quem assina é o profissional da contabilidade. Então a característica, o que estamos dizendo aqui, é que o profissional que assina responde pelo trabalho executado. Não há limitação de responsabilidade.
Precisamos então criar aqui através de um projeto de lei, definir exatamente esses critérios para que não tenhamos essa insegurança e sermos desenquadrados e cobrados retroativamente porque discutir em juízo, até podemos discutir, o grande problema de ir ao Judiciário. É que cinco anos de auto de infração você tem de garantir isso em juízo, as firmas não têm dinheiro para bancar a garantia em juízo e entrar no Judiciário recorrendo a banco, com juros de 4% ao ano. Não temos condições de estar discutindo em juízo.
São essas as preocupações, essas preocupações passam pelos uniprofissionais do Município de São Paulo. Queremos aqui envidar esforços pra que juntos consigamos resolver, e dar estabilidade jurídica que os empreendedores da cidade de São Paulo necessitam para que possam exercer tranquilamente suas profissões. E termos sim critérios bem claros e objetivos.
Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pela ordem, Vereador Rodrigo Gomes.
O SR. RODRIGO GOMES – Acompanhei a discussão do tema, só pra sintetizar, entendo que há algo de extrema importância para o atual Governo e para esta Casa, que é evitar os vícios de iniciativa pra que possamos regulamentar de forma objetiva e fazer com que o próprio Executivo coloque essas regras, mas o Legislativo tem de estabelecer. Então acho que essa conversa precisa ser aberta. Tenho certeza de que esta Casa está de portas abertas pra que possamos debater o tema e sim fazer os ajustes necessários pra que a lei se enquadre e que esses profissionais possam ter seus direitos resguardados por lei.
Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Rodrigo Gomes. Considero então abertas as inscrições.
Precisava suspender esta audiência pública, ainda tenho uma tolerância de 5 minutos, mas precisamos construir o quórum. Alguns Vereadores estão lá fora... Vereador Aurélio Nomura, Vereador Atílio Francisco.
Muito bem, suspendo a audiência pública pra eu abrir a reunião ordinária.
- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Jair Tatto.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Reaberta a audiência pública referente ao PL 415/2014, agora

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

com a presença do ilustre Líder do Governo, Vereador Aurélio Nomura e do Vereador Atílio Francisco. Abertas as inscrições.
Pela ordem, Vereador Ricardo Nunes.
O SR. RICARDO NUNES – Presidente, obrigado. Queria agradecer a presença dos representantes da Secretaria de Finanças.
Só ponderaria algumas questões. Acho que a fala do Vereador Police Neto foi muito feliz principalmente quando disse que o Legislativo busca deixar clara a questão do entendimento da legislação. E a gente hoje tem uma oportunidade hoje de tentar construir uma redação. Acho que seria o ideal, os representantes da Secretaria de Finanças, profissionais da mais alta qualidade, pudessem contribuir com a sugestão de um substitutivo. Evidentemente, nesse caso temos de ter algumas considerações.
Na última audiência pública, o Sr. Rafael, representando a Secretaria de Finanças, citou algumas questões com relação a empresa limitada, alguém mais também comentou sobre isso. Mas o PL proposto, o PL 415, exclui a empresa limitada. Se não me engano, está no artigo... "Sejam filiais, agências, terceirizem, tenham sócios que delas participem e desenvolvam atividades...". Quito? Ah, sim do Quito, caracteriza como empresário. Então está superada essa questão.
Aí eu acho importante a gente caminhar para algo ponderado. Não é justo que o profissional uniprofissional corra o risco de não ter segurança jurídica e venha ter uma autuação e passe a ter, de uma hora pra outra, a sua empresa, a sua atividade com risco de fechar por conta de ter siso autuado, nos últimos cinco anos.
O Presidente do Sescon falou que os escritórios pequenos não comportariam isso, diferente é da questão dos bancos, que são grandes devedores. Eles fazem a jogada da troca de carta de fiança que a gente precisaria construir para inibir isso. Porque os grandes bancos devem fortunas pra Prefeitura, não fazem nem depósito judicial, usam o dinheiro no mercado financeiro, emprestando a 14%, e usa Carta de Fiança trocando de banco. Então o banco "A" faz uma Carta de Fiança... Então os grandes têm a possibilidade dessa manobra, os pequenos, não, precisamos considerar essa questão.
Acho que podemos tentar construir um meio termo dentro dessa linha. Evidente, eu particularmente, há a *Price* como grande devedora, não pode se considerar pagar uma taxa igual a um profissional que fatura milhões. Acho que podemos construir algo bom para os uniprofissionais, verdadeiramente uniprofissionais, e que fosse bom para o fisco. Porque a segurança jurídica do uniprofissional é algo fundamental com o qual precisamos contribuir.
Essa é a pequena contribuição que queria dar, reafirmar as palavras do Vereador Police Neto, um grande entendedor, que foram muito importantes.
Sem querer ser redundante, temos a oportunidade de construir um substitutivo que atenda a todos os setores, e eu faço um apelo.
O SR. RODRIGO GOMES – Vereador Ricardo Nunes, sem prejuízo das empresas que estão aqui, hoje.
O SR. RICARDO NUNES – Acho que não é bom o que tivemos agora quanto à posição do Executivo, de falar: sou contra, ponto. Existe um litígio, existe um problema e nós precisamos resolver. Eram essas as minhas ponderação, e queria muito poder contar com a compreensão da Secretaria de Finanças. Agora mudou, é Secretaria da Fazenda.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Ricardo Nunes.
Eu não inscrições sobre a mesa. Então passo para a devolutiva, para as considerações finais dos convidados, a não ser que se considerem satisfeitos com as palavras dos Vereadores, dos Colegas.
Identifique-se, por favor.
O SR. PEDRO IVO GÂNDRA – Eu sou o subsecretário da Receita. Acho que o que foi dito pelo Vereador Police Neto.
Já foi dito por todos aqui, pra eu não citar nominalmente, mas é uma discussão que temos internamente. O Secretário Caio Megale recebeu por duas ou três vezes o Sescon. Antes desta audiência pública estávamos conversando sobre o caminho que precisa ser construído. Toda conversa foi no sentido de buscarmos solução pra essa questão, objetivo muito bem colocado pelo Vereador Police Neto.

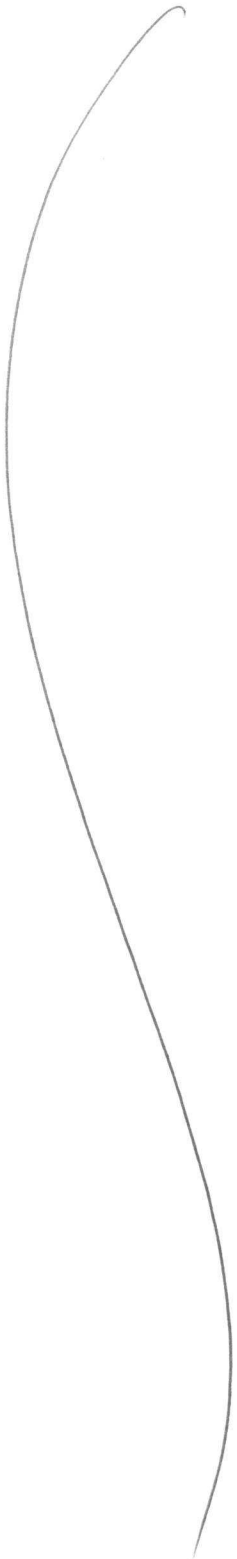
Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

Acho que o trabalho do Executivo com esta Casa é de parceria, é um trabalho para tentarmos resolver situações. Obviamente, os Vereadores desta Casa têm proximidade muito maior pra saber quais são as aspirações e também pra provocar o Executivo, o que está sendo feito nesta mesa.
Desde já nos colocamos à disposição pra avançarmos nessa questão, pra discutir, pra propor substitutivo. Enfim, somos parceiros não só desta Casa como também dos profissionais que trabalham de forma correta, cumprindo os preceitos da ideia dos trabalhados uniprofissionais.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra, pela ordem, o Vereador Police Neto.
O SR. JOSÉ POLICE NETO – (Pela ordem) – Sr. Presidente, desde 2005 acompanho esse debate, à época com o Secretário Mauro Ricardo. Já passaram seis Secretários, e ainda incluso o debate referente a sociedade dos uniprofissionais. Preciso fazer um reconhecimento: nos últimos dois anos, o esforço técnico realizado pela equipe de profissionais de carreira da Secretaria, jovens auditores fiscais há que ser reconhecido, tanto o esforço normativo interno como esse trazido, como nos debates realizados nesta Casa e dentro do Executivo. Para não pairar dúvida que há uma crítica aos profissionais, longe disso. Esses últimos dois anos talvez seja o período em que a Secretaria de Finanças, os seus quadros profissionais mais se abriu para esse debate e, portanto, buscando uma solução.
Por isso, que me aventurei dizer que se o ato normativo que tem função vinculante porque toda decisão posterior a ele se vincula àquela definição. Se há um processo em regime de pacificação naquilo que são os técnicos do fisco que operam com isso, a partir desse entendimento do final de outubro de 2016, há que se trazer para este ambiente legal parte daquilo que não deve prevalecer em normativa discricionária.
Então, se posso fazer uma sugestão como membro circunstancial da comissão de finanças, construir uma agenda para a questão de Sups e tem de ser construída pelo Presidente da comissão, junto com o Secretário Caio Megale e que essa agenda tenha começo, meio e fim, 60 dias, que a gente consiga enxergar em que momento se tem um texto passível de deliberação pela Câmara com amplo entendimento junto com o Executivo.
Repito, qualquer alteração da legislação tributária ou fiscal que não tenha entendimento entre Legislativo e Executivo, ela é aprovada aqui e volta diretamente com o veto do Prefeito. Então, se tem uma construção, é possível; se não tem, não. Como recentemente o congresso enviou depois de aprovado uma alteração profunda na legislação de terceirização, e isso vai produzir uma alteração profunda naquilo que são as sociedades uniprofissionais e também nos regimes de terceirização, que é um dos temas que está sendo debatido no projeto, temos também que utilizar esse período de 60, 90 dias para interpretar o que as alterações federais de terceirização vão produzir para cá.
Então, para todos estarmos muito conectados com o que está acontecendo na legislação federal e o que produz de inovações para que a gente acerte, quem sabe ainda este semestre com uma legislação que dê total, se não total, aquilo que é possível de entendimento pacificado entre o que o Parlamento escreve e o que interpreta o Executivo.
Muito obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Passo a palavra para o Sr. Shimomoto para as conclusões.
O SR. SHIMOMOTO – Quero agradecer a oportunidade de estar com vocês, quer ratificar as informações do Pedro Ivo, que estivemos já com os técnicos da Secretaria da Fazenda do Município e o Caio Megale. Estamos tentando encontrar um caminho para que possamos resolver essa insegurança que temos hoje. O que pedimos simplesmente, sempre foi desde o início, é que tenhamos segurança. Não podemos viver com um passado de cinco anos a nos assombrar. Isso fecha realmente, encerra as atividades de uma empresa, porque cinco anos são impagáveis para os profissionais liberais.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agradeço pelas considerações finais, agradeço aos membros da Mesa, aos vereadores presentes que fizeram o debate. Vou encerrar a audiência do PL 415 e faço uma solicitação: se o Pedro pode ficar mais alguns minutos da sessão ordinária sobre um tema que é o requerimento e uma resposta do Tribunal de Contas do Município. Uma solicitação feita pelo Vereador Ricardo Nunes.
Encerrada a audiência.

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.



Segue anexado 5, nesta data documento(s)
e papel de informação rubricado 5 sob folha(s)
nº 37 a 42 Em 02/06/17
Carmen Cristina [illegible]
RF. 11.137 - SOF-2

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

Folha nº 37 do
Processo nº 04-006/13
Carmen Cristina Malavazzi
RF. 11.197

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 26/04/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

16826

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas. Com a presença da Vereadora Soninha Francine - já justificando a ausência de vários Vereadores, hoje estamos instalando as comissões extraordinárias desta Casa e vários Vereadores justificaram a ausência, pois estão a postos em suas respectivas comissões – declaro abertos os trabalhos da 4ª audiência pública do ano de 2017.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios *On-Line*.

Hoje vamos debater o PL 627/2013, dos Vereadores Alfredinho, Arselino Tatto, Goulart, Jair Tatto, Milton Leite, Ricardo Nunes, que "renumera o segundo art. 7º da lei 11.198, de 19 de maio de 1992, como art. 7º-A e cria o parágrafo único, para estabelecer limite mínimo de recursos a serem destinados aos distritos de Parelheiros e de Marsilac, (Subprefeitura Parelheiros), e dá outras providências."

Em discussão e em debate o PL 627/2013.

Tem a palavra a Sra. Nazeli.

A SRA. NAZELI – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia, Vereadora Soninha. Nazeli, representando o gabinete do Vereador Rodrigo Goulart, venho para defender o Projeto 627, de iniciativa – como o senhor já anunciou – dos Vereadores Alfredinho, Arselino Tatto, Milton Leite, Goulart, Jair Tatto e Ricardo Nunes.

O projeto pretende renumerar um artigo para inserir uma obrigação de destinar, no mínimo, 20% do total dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Turismo – Futur - para o desenvolvimento das áreas de interesse turístico dos distritos de Parelheiros e de Marsilac.

Primeiramente, devo dizer que conforme a própria justificativa do projeto, a importância dessa destinação está no fato de que Parelheiros e Marsilac são polos de desenvolvimento turístico, de desenvolvimento sustentável, com grandes atrativos, desde colônias indígenas, cachoeiras, um local muito propício ao campismo, de uma natureza exuberante e que pode propiciar um desenvolvimento sustentável para esse extremo Sul.

Dizer que era preciso uma igualdade, se Parelheiros merece esse desenvolvimento deveria ser da mesma forma com outros não pode ser sustentado, porque a gente precisa tratar de forma desigual aquilo que é desigual e levar em conta as potencialidades. São Paulo precisa de turismo. Precisa e pode ter um desenvolvimento sustentável nessa região.

Também é preciso alertar que essa quantidade do Fundo Municipal do Turismo não é uma quantidade imensa. No projeto, se for consultado, poderá ser verificado que nos anos anteriores a quantidade de recursos que esse Fundo obteve é uma coisa mínima diante da grandiosidade do Orçamento da Cidade, em torno de cem, cento e poucos mil reais.

Parece que isso não é importante, mas destinado para Parelheiros e Marsilac é possível produzir um turismo ordenado, uma coisa planejada, com aplicação correta desse recurso e isso, sem dúvida nenhuma, vai melhorar as condições e propiciar o desenvolvimento sustentável e o fomento do turismo naquela região.

Por essa razão, nessa segunda audiência, eu volto a insistir na importância da aprovação desse projeto. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigada, D. Nazeli.

Vereadora Soninha, quer se pronunciar?

A SRA. SONINHA FRANCINE – Totalmente favorável ao projeto por três razões que se completam. Uma é que São Paulo pode se beneficiar como um todo, da exploração do turismo em Parelheiros; outra é que o turismo é a principal vocação de Parelheiros para o seu desenvolvimento, para a redução da desigualdade local; e terceira, que o turismo, em Parelheiros, seja desenvolvido de forma sustentável, porque essa é a riqueza propriamente: a possibilidade de explorar o turismo muito relacionado à qualidade do meio ambiente.

Então parece um contrassenso, mas já aconteceu, exatamente os lugares que eram atraentes do ponto de vista do turismo sustentável – trilhas, atividades radicais ou não, de exploração ou não – acabaram destruindo aquele que era o seu potencial. Portanto, totalmente favorável e mais uma coisa, Vereador, que no Orçamento seja previsto que o Fundo de Turismo seja mais robusto, para que não seja simplesmente recurso simbólico praticamente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Acho positivo esse processo, esse debate e nós, atentos, vamos agora então entrar na discussão da LDO, as diretrizes orçamentárias, mas ao final do ano chega, nesta Casa, a matéria da Lei Orçamentária anual e temos que, aqui, Vereadora Soninha Francine, Nazeli, e todos que militam naquela região – que conhecemos também – crie, de imediato, uma rubrica específica para essa destinação orçamentária.

Sabemos que estamos sendo vítimas de um congelamento excessivo, hoje, na gestão. Congelar é natural, todos os governos congelam baseados na previsão de receitas do Município. Fazemos

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

uma previsão orçamentária e uma previsão de receitas. Não sabemos, necessariamente, se aqueles valores chegam, mas houve um excesso de congelamento. Essa é que é a dificuldade que estamos tendo.
Quando se congela muito significa que é um argumento para liberar muito. Não é isso? Quando se congela pouco, você também tem um argumento para descongelar pouco. Então eu acho que é essa uma dificuldade que estamos tendo na gestão: congelamento excessivo. E a Cultura tem pago um preço muito caro por isso tudo, porque é uma luta para destinar valores e nós vamos, então - e acho que não teremos dificuldade de aprovar esse projeto em plenário – trabalhar essa questão de criar esse fundo com uma rubrica específica para esse projeto no que tange ao turismo da região de Marsilac e Parelheiros. Não há mais...
A SRA. SONINHA FRANCINE – Só mais um comentário, Vereador.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereadora Soninha Francine.
A SRA. SONINHA FRANCINE – A respeito do Fundo Municipal de Turismo. Nós nos referimos a várias atividades na cidade de São Paulo - Parada LGBT, os grandes prêmios, as provas de Fórmula 1, provas de automobilismo, especialmente as de Fórmula 1 -, falando do retorno que isso traz para a Cidade em termos de aumento de arrecadação, da movimentação, do comércio, do setor de gastronomia etc., então, que esse aumento de receita decorrente da vinda de um grande número de turistas, e sabemos que o turismo de São Paulo é principalmente de negócios e tal, mas existem datas no calendário que o turismo é de passeio, então, que se preveja que uma parte disso – que é arrecadado em função da atividade turística – sirva para alimentar o Fundo Municipal de Turismo. Que ele seja, de fato, do qual o Estado possa dispor para investir em turismo independentemente desse calendário.
- Manifestação fora do microfone.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem. Estamos debatendo, Pirata, o projeto da região de Parelheiros e Marsilac.
- Manifestação fora do microfone.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Por favor, Pirata, movimento Hip Hop
O SR. PIRATA – Pirata, do fórum de Hip Hop. Então Soninha, já aproveitando, que o margarina Doriana não foi legal com você (risos), é a nova selaria, cidade dos selos, selos para tudo de cidadania, mas vamos lá, acho que pela sua fala, como proposta que nós do Hip Hop já vem dialogando bastante. O mês do hip hop é justamente esse diálogo com o turismo na cidade de São Paulo.
Nós tentamos fazer o mês do hip hop com qualidade e não conseguimos. Precisamos de pessoas do Parlamento, que já tem até o Vereador Jair Tatto que já nos ajuda, mas insistir no diálogo referente de tentar colocar essa leitura do Hip Hop no turismo. Porque o mês de Hip Hop, na cidade de São Paulo, é o maior do mundo. Só que não tem essa qualidade.
E o que é que queremos dizer: o Hip Hop está no mundo inteiro e isso gerará economia para dentro. Só que não consigamos fazer isso porque a leitura do Hip Hop é que somos um bando de moleques esquizofrênicos, que é só a periferia. E essa coisa do negócio, da Cultura, não vem. Aí fica como proposta da comissão no sentido de ampliar a discussão do turismo na Cidade e aí quero incluir a pauta do mês do Hip Hop. Cultura tem de ser olhada diferente na área de Turismo. O Turismo fica muito isolado para as questões financeiras da lide, temos de sair da lide.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem, não há mais oradores inscritos. Encerrada a discussão sobre o PL 0627/2013.
Próximo item dessa audiência é o PL 0129/2014, do Vereador Alfredinho, do PT, que autoriza o Poder Executivo a promover obras de melhorias em áreas particulares cedidas para uso comum da população e dá outras providências.
Temos a inscrição para o PL 129/2014 do Sr. Wilson Sakata, da Secretaria Municipal da Fazenda, me desculpe, não o convidei para vir à Mesa, o que faço agora, por gentileza. Por favor, fique à vontade. (Pausa)
Temos também a presença para o próximo projeto, o PLO 06/2013, do Sr. Diego Ulisses Casagrande, da Secretaria Municipal de Fazenda, que peço venha à Mesa, por gentileza. (Pausa).
Antes do pronunciamento do Sr. Wilson, farei uma leitura, pois nós havíamos chamado aqui o Presidente da Comissão, para essa comissão, D. Ilda Mitiko Yamamoto Pacheco.
- É lido o seguinte (agradecimento do convite para comparecer à comissão)
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então aqui justificada a ausência do Presidente – não tenho o nome –, de quem está sendo justificada a ausência.
Quero anunciar ainda a presença do nosso Vereador Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento Isac Felix.
Enquanto identifica-se lá, passo a palavra ao Sr. Wilson Sakata, por gentileza, pelo tempo que achar necessário.
O SR. WILSON SAKATA – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, bom dia.
Inicialmente gostaria de agradecer a oportunidade para que nós, da Secretaria da Fazenda, possamos nos pronunciar perante sobre esse projeto de lei em pauta.

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

E, com relação a esse projeto de lei, em que pese a nobre intenção do legislador, entendemos, depois de uma análise, em termos tributários, que esse projeto já está previsto em outra lei já vigente. Gostaria de pedir a licença para ler parte dessa lei.
É o Artigo 2º da Lei 14.865 de 29 de dezembro de 2008, que diz: "Ficam isentos do IPTU os imóveis ce3didos em comodato à Administração direta e indireta do Município de São Paulo durante o prazo do comodato". Assim sendo, entendemos que, hoje, não existe a necessidade de uma nova lei considerando que já existe uma lei vigente, cujos termos, cujas condições para obtenção dessa isenção são mais amplas do que as condições previstas no projeto de lei.
Dessa forma a Secretaria da Fazenda se posiciona contra o andamento desse projeto de lei. Obrigado!
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vou fazer um breve um breve comentário aqui. nós tínhamos uma dificuldade, lembro até no âmbito das emendas parlamentares. Tinha áreas particulares que tinha uma concessão, muitas vezes, por trinta anos, uma coisa longa. Então a Prefeitura do Município de São Paulo não permitia ali que nós fizéssemos melhorias, o nobre Vereador Isac deve sofrer muito isso na sua região, por conta de que seria um beneficio feito, mas sempre achei um absurdo. Porque você teria 30 anos com a possibilidade de renovação, mas é colocado aqui que existe uma lei que permite isso, aqui citada, não há dificuldade. Quando se trata de matéria dessa natureza que coincidem, nós podemos tratar com o autor, nobre Vereador Alfredinho, de tentar traduzir em uma coisa só. Mas o importante que tenhamos garantia em poder realizar esses benefícios. Podemos perceber em várias regiões da cidade, porque hoje o que acontece? Pela lei os benefícios têm de ser, exclusivamente, em áreas publicas do município, que é o correto. Mas essa coisa da concessão, realmente travou muitas benfeitorias que podiam ser feitas. Associações de bairros que trabalhavam ou organizações não governamentais que faziam um trabalho muito sério ali, mas que não podiam levar uma benfeitoria, uma emenda parlamentar ou algum investimento de qualquer órgão do Município por conta desse entrave jurídico. Então acredito ser pertinente esse projeto.
Tem a palavra a nobre Vereadora Soninha Francine.
A SRA. SONINHA FRANCINE – Gostaria de tirar uma duvida. Essa isenção de IPTU é condicionada a realização de obras de melhorias para prestação dos serviços, propriamente?
O SR. WILSON SAKATA - A lei existente não condiciona. A condição é que seja cedida em comodato, ou seja, tem se ser averbado a cessão de comodato, mas nãoa tem condição, para por exemplo, esse projeto de lei, ele condiciona ao uso, para praças e pistas de caminhadas e campos de futebol e outras atividades. A lei existente não tem essa condição. Ela tem uma previsão mais ampla do que esse projeto de lei.
A SRA. SONINHA FRANCINE – Mas ao mesmo tempo, é possível que o dono do imóvel cedido ele seja beneficiado pela isenção de IPTU, e não necessariamente, faça melhorias para o desfrute da população. Ele será beneficiado com a isenção de IPTU. Ou com desconto de IPTU, enfim. Então o proprietário do imóvel teve um beneficio. Mas não necessariamente, esse benefício obtido por ele vai reverter em melhoria naquilo que a razão pela qual o imóvel foi cedido para a população. Então acho que talvez caiba, não esse projeto de lei necessariamente, que não conheço bem, mas uma emenda condicionando que esse beneficio do qual o proprietário do imóvel vai desfrutar, reverta em melhorias. Acho que vale estudar.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Gostaria de fazer um adendo aqui, porque necessariamente o projeto pede para que a Prefeitura do Município de São Paulo possa realizar obras, não necessariamente, só a questão do IPTU. Esse que o Wilson coloca é sob isenção de IPTU em áreas cedidas para a Prefeitura do Município de São Paulo. O âmbito aqui é a realização de obras, de benfeitorias. Por isso que precisamos verificar se não há diferença entre um projeto.
O SR. WILSON SAKATA - Por isso quando iniciei minha fala, eu disse que nossa analise foi em termos tributários, que realmente esse projeto de lei, já está sendo englobado por uma lei resistente. Seria isso.
A SRA. SONINHA FRANCINE – Agora de fato, existem casos em que o Poder Publico, até indiretamente, já faz melhorias no imóvel privado quando por exemplo, isso é muito comum na assistência social.
O imóvel é alugado para que lá seja implantado um serviço. Para que esse imóvel seja adequado ao serviço é preciso fazer obras de acessibilidade, por exemplo. Então se faz a obra em função do serviço que vai ser prestado, mas o fato é que isso traz uma melhoria para o imóvel e que vai ser incorporada a ele.
Então, de algum jeito, o Poder Público já faz investimento de melhoria em imóveis que não lhe pertencem, que são alugados, por exemplo, ou cedidos para um determinado uso e isso não é propriamente normatizado.

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

Inclusive, acontecem algumas distorções, ao longo de um processo de locação, que é o seguinte: está previsto no contrato inicial que seja feito o reajuste pelo índice de reajuste de aluguéis o IPC, IPCA, enfim, o convencionado, mas, de tempos em tempos, o proprietário pede, na hora da renovação do aluguel, uma reavaliação. O que está acertado no contrato é o reajuste, ele pede uma reavaliação.

Caso essa reavaliação não seja concedida, não haja um acordo em torno da reavaliação, dali a algum tempo – eu não sei exatamente o que a lei estipula -, mas o fato é que dali a algum tempo ele pode reaver o imóvel, que prejudica a imensa continuidade de um serviço.

Imagine só você autoriza a implantação de um centro para idoso, por exemplo, numa residência alugada e exige que sejam feitas adaptações no imóvel. Essas adaptações podem ser feitas mediante o pagamento de uma verba de implantação, prevista no termo de parceria da Assistência Social. A própria adaptação para acessibilidade valoriza o imóvel.

Dali a um tempo, o proprietário pede uma reavaliação do imóvel, conforme os valores de mercado, o metro quadrado isso e tal. Aí a Prefeitura diz: não, não vou pagar conforme essa sua reavaliação. E ele diz: então está bom, não tenho interesse em prorrogar a locação.

Na prática, já acontece esse investimento de dinheiro público, num imóvel privado e isso inclusive para benefício do proprietário e um prejuízo, de certa forma, para a Prefeitura.

Então eu acho, Vereador, que a gente tem de disciplinar sim as intervenções feitas em imóveis privados com recurso público, de modo a preservar o interesse público de um modo geral.

O SR. ISAC FELIX - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Tem a palavra o Vereador Isac Felix.

O SR. ISAC FELIX - Ouvindo o que a Vereadora Soninha falou, nós observamos isso, na prática, é o que acontece mesmo. A maioria das creches conveniadas hoje, todas elas, a Prefeitura ao alugar o imóvel o custo de implantação e de melhoria sai da verba da Educação. Só para esclarecer e acrescentar isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Quem vai fazer um comentário também aqui, nós temos alguns vereadores que pediram uma audiência pública, através desta comissão.

Vocês sabem que se criou a figura do investidor, na cidade de São Paulo, de creches, na área da Assistência Social.

O camarada compra um terreno baratinho na periferia, ergue lá já adaptado a essas normas, sabendo da demanda, e aluguéis absurdos.

Então baseado no decreto do Prefeito de diminuir em 30% - não é isso, Vereadora? É. Eles solicitam e alguns se sentem prejudicados. Há uma disparidade de contratos.

Acho que seria pertinente fazermos um requerimento para uma audiência pública sobre esse tema, para discutir a redução dos contratos. Porque eu acho que nós vamos criar debate aqui, concordo que há.

Esse termo "investidores" me chegou, não sou eu que estou usando. Mas ele, na realidade, existe. É o cara que tem 10-12 imóveis alugados, entendeu?

Mas seria pertinente fazermos esse debate aqui, ainda acho que o projeto distou um pouco, aqui está dizendo em obras, em áreas particulares, mas se a gente for fazer a leitura acho que entra um pouco nessa questão de áreas de lazer, a construção de áreas. Acho que o projeto deve falar mais sobre isso, ou seja, a possibilidade de construção de áreas novas. A ideia do Vereador Alfredinho é essa.

O camarada cede para a Prefeitura, deve ter lá um comodato, e ele fala o seguinte: a Prefeitura pode investir. A lógica da Prefeitura é a seguinte: Por que eu vou investir aquilo que não me pertence, que um dia eu vou devolver para o proprietário, o proprietário vai falar: "Eu quero de volta"? Essa é ideia. Por isso, eu disse que, dependendo da longevidade, o investimento valeria a pena e o investimento também traduz a oportunidade daquela própria... E esse período, a Prefeitura terá também para desapropriar, considerando que ali é feito um grande trabalho. Então, é uma oportunidade. E a Prefeitura tem poderes de dizer: "Eu investi muito nessa área e eu então não vou devolver. Eu vou abrir um processo de desapropriação". Talvez seja mais essa a ideia. Mas chama a atenção esse caso que a Vereadora, que foi Secretária até poucos dias e deve ter percebido muito isso, e foi uma ação imediata do Prefeito nesse sentido. Então, eu entenderia que seria pertinente um requerimento, não deste ou daquele Vereador, mas da Comissão, e chama-los aqui. Eles estão solicitando? Então, chamar aqueles que lá dão o nome de investidores, os proprietários de imóveis que locam para a Prefeitura. Porque todo mundo adora ter a Prefeitura como inquilina, pois, faça chuva ou faça sol, o dinheiro cai lá, não há problema de calote, é sempre bom alugar para a Prefeitura.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Vereador, pelo menos o aluguel de imóveis pela Assistência Social, para prestação de serviços, é normatizado por uma portaria. Portanto, a Secretária ou o Secretário tem um poder razoável de estabelecer as regras para avaliação do imóvel, para seleção. Tive a oportunidade de ver alguns proprietários que aceitaram a redução de 30% do aluguel sem pestanejar.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas óbvio! Nessa crise...

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Aí, a gente vai analisar o processo e vê que o aluguel já era superavaliado. Não à toa o proprietário aceitou tão rapidamente a redução.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem camarada ganhando 50 mil num prédio em periferia; 50 mil, 35 mil. Na área de educação, é uma coisa exorbitante. Se vocês toparem, a gente vai propor na Comissão fazer um requerimento e chamar aqui os que se sentem prejudicados, para que eles tenham oportunidade de falar.
Tem a palavra o nobre Vereador Isac Feliz.
O SR. ISAC FELIX – Estou vendo que o projeto fala sobre áreas cedidas. Cessão é uma coisa, locação é outra. Só para esclarecer.
A SRA. SONINHA FRANCINE – Fui eu que tergiversei.
O SR. ISAC FELIX – Também, Vereador Jair, só de creches, do CCA, citado pela Vereadora Soninha,... Mas a gente tem UBS. Podemos chamar todo mundo.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim.
O SR. ISAC FELIX – Tem postos de saúde, na nossa região mesmo, zona Sul...
- Falas simultâneas do Presidente Jair Tatto e do Vereador Isac Felix.
O SR. ISAC FELIX – Os alugados, os que são alugados.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tudo que é imóvel alugado. Tem prédios de subprefeitura cujo valor de aluguel é absurdo. Façamos justiça: o Vereador Ricardo Nunes tem feito um trabalho de levantamento, ao longo dos quatro anos aqui, sobre isso.
Sr. Wilson, quer se pronunciar? (Pausa) *O.k.*. Laerte Brasil inscrito.
O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da União Global Seguro dos Trabalhadores e Trabalhadoras das Cidades – UniGlobal Trabalho e Cidades. Eu não trabalho no gabinete do Alfredinho, mas participei de 50 audiências públicas do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo e de mais 50 audiências públicas da Lei de Uso e Ocupação do Solo.
Acabei saindo na frente dos demais porque apresentei uma tese de peso na Lei de Ocupação de Solo, que são as cotas ambientais. Elas vão criar microclimas na cidade de São Paulo. Serão construídos jardins verticais, tanto em prédios privados e muros públicos. Além disso, serão feitas outras ações, que não será possível debater, porque demoraria 30 minutos. As cotas contribuirão também com a redução do aquecimento do globo terrestre. Essa foi uma ideia de peso que está. Ocupação de solo que em outras audiências públicas, em outras ocupações urbanas eu também apresentei e inclusive está também no novo código de obras da cidade de São Paulo. E no PDE eu apresentei outra ideia de peso que foram as cotas de solidariedade. Ela outorga, vamos dizer, um proprietário aqui na cidade de São Paulo que tem um terreno de mais de cinco mil metros quadrados e doar para Prefeitura para construção de uma creche, uma escola e para habitação. Já está em lei. Porque eu venho defender essa lei do Vereador Alfredinho, que é uma lei extraordinária, que vai entregar essas duas ações, tanto do PDL e da Lei de Ocupação de Solo, uma lei que vai revolucionar essas duas leis. É por isso que a gente defende essa lei. Uma lei extraordinária, uma lei pertinente.
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Encerrada a audiência pública do PL 00129/2014. Próximo item, PLO 06/13, de autoria dos Vereadores Eduardo Tuma, Ricardo Nunes.
- É lido o seguinte: (PLO 06/13)
O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Evidentemente que lemos o preâmbulo, mas nós temos aqui o Sr. Diego Ulisses Casa Grande, da Secretaria Municipal de Fazenda, que já discorda um pouco do que significa esse projeto, inclusive, para essa presidência que não temos conhecimento ainda necessário e para os demais Vereadores.
O SR. DIEGO ULISSES CASA GRANDE – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia Vereadores e a todos que nos ouvem e assistem. Esse projeto já passou pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal, sua rejeição foi muito bem defendida pelo Vereador Arselino Tatto, então, os aspectos jurídicos já foram dados e muito bem fundamentados. Vou me ater às questões orçamentárias propriamente ditas. O orçamento público assim como os demais entes federados é regido pela Lei 4.320, que nos dá o direito de, por falta de crédito orçamentário, ou ausência de alguma dotação de uma despesa específica que advenha do decorrer do exercício, de a gente fazer créditos adicionais suplementares especiais ou extraordinários. Então, esse já seria um ponto para a rejeição do projeto de alteração da LOA. Segundo, que o ciclo orçamentário na Prefeitura de São Paulo se inicia agora, nós já estamos trabalhando em cima de uma portaria para regulamentar e orientar a elaboração da lei orçamentária de 2018. Então, a gente emite no ISF essa portaria instruindo as demais unidades orçamentárias a preparar no âmbito de cada Secretaria o seu orçamento.
Depois a gente compilou tudo isso, encaminhou para Câmara Municipal para a votação e aprovação e executa em 2018. Todos os projetos têm um (palavra ininteligível) de no mínimo seis

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

meses. Então, eu penso que em 2018, a gente fazer um projeto para 2018, só que em 2018, isso foi tudo uma projeção, tanto para a receita, como para a despesa. Só que em 2018 essa necessidade pode ser outra. Aí o texto da emenda sugere que você não pode alterar o que foi aprovado, a não ser que o próprio Prefeito encaminhe uma solicitação todas as vezes que isso acontecer para aprovação na Câmara. O que seria totalmente inviável.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não está dentro dos 11% de remanejamento?

R – Então, exatamente, a própria lei orçamentária prevê essa alteração e seria contrário ao próprio texto da lei. Não teria necessidade de trazer isso para o âmbito da Lei Orgânica do Município. Eu vou chegar nesse ponto.

Então, esse seria um fator que a gente teria de levar em consideração. Outra questão são as imprevisibilidades do orçamento. Por exemplo, um tempo atrás teve um caminhão que explodiu embaixo de uma ponte. Provavelmente, você não teria dotação orçamentária para prevendo esse fato, que é totalmente imprevisível. Então, você precisa ter fôlego para remanejar com o Orçamento. Isso ocorre naturalmente todos os anos é aprovado pela Câmara um percentual para remanejamento orçamentário, que é respeitado pelo Executivo sem problema algum. Esse não seria um problema de você ter que pela Lei Orgânica do Município a não alteração da lei orçamentária, uma vez que respeitamos o limite que é dado pela Câmara dos Vereadores.

Outra questão, quero falar um pouquinho sobre o ciclo orçamentário, as competências de cada Poder em relação ao ciclo orçamentário, que se inicia com a elaboração de competência do Poder Executivo que elabora a peça orçamentária no âmbito das suas funções. Atipicamente como um ato administrativo, a Câmara faz o seu orçamento dentro do seu âmbito com os recursos que lhe são ofertados.

Então fazemos a proposta orçamentária, encaminha para o segundo passo desse ciclo, que é a aprovação da Câmara dos Vereadores, onde há um controle das ações, possibilidade de fazer o seu papel como legislador. Uma vez aprovada a lei orçamentária nós a executamos. E no último passo, encerrando esse ciclo orçamentário, é encaminhado à Câmara dos Vereadores para aprovação de tudo o que acontece.

Então nada do que acontece no orçamento público foge do controle do Poder Legislativo. Inclusive, durante a execução do orçamento a Câmara dos Vereadores tem todo o poder para verificar se está ocorrendo como aprovado na lei ou não.

Por isso entendemos que enrijecer a lei orçamentária e elevar isso ao nível de Lei Orgânica do Município seria inviável, no sentido de que se aprova o orçamento em positivo. Isso ultrapassa a competência, acredito eu, do Poder Legislativo, porque vocês terão de ter uma atenção especial a todos os atos do Poder Executivo, se não está ultrapassando, se não está desrespeitando a Lei Orgânica do Município. Cria-se um *delay* no orçamento, afasta o poder de gestão do administrador do Poder Executivo das necessidades imediatas da população, tornando o processo mais complexo do que já é.

Só lembrando, o texto da proposta diz o seguinte: a programação constante na lei orçamentária anual é de execução obrigatória, salvo se aprovada pela Câmara do Município de São Paulo solicitação de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, para cancelamento ou contingenciamento total ou parcial de dotação. Então qualquer alteração. Não trata só dos 11% aqui, Sr. Presidente. Trata de qualquer alteração à lei orçamentária anual.

Por esses motivos e por todos os motivos jurídicos que já foram debatidos na Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa desta Casa, somos pela rejeição desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tenho uma dúvida. Não sei se na LDO algo, porque sei que a Lei Orgânica é soberana, se tem algo dessa natureza, porque isso aqui está vinculado à história do orçamento impositivo que estamos debatendo há cinco anos. O Vereador Ricardo Nunes é dessa Comissão, é o Relator da LDO, não sei se é constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias, não sei se há algo parecido com esse PLO. Posso consultar aqui a nossa assessoria.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Estamos tratando especificamente das emendas parlamentares. Trata como um todo. Mas na verdade é uma preocupação dos Vereadores Ricardo Nunes e Eduardo Tuma, de trazer o máximo possível de execuções orçamentárias e aprovações de projetos. Vamos chamar de projetos novos, fora do combinado, para esta Casa. Essa é a preocupação do projeto.

O Pirata está inscrito? Então se pronuncie.

O SR. PIRATA – Então justamente essa discussão do orçamento impositivo, porque a fala do pessoal da área econômica da Cidade é a mesma. Não muda nada. Essa mesma fala, só que o orçamento não é o dinheiro. Qual é a função desse orçamento? Qual é o fim? É a política pública. Compreendo a discussão do orçamento impositivo e consultivo – já compreendi e já sei o que é -, só que precisamos criar uma situação que uma parte do orçamento que é discutido a política pública, ela tem de ser efetivada. Não dá para chegar para os técnicos e falar que vai cortar tudo isso e não corta o dinheiro dos bancos, porque 50% vai aos bancos, independentemente disso. Há algumas emendas da área da cultura, então, que é 0,0, cortar da cultura é para ficar pasmo pelo valor. Agora o que ela atinge? A coisa fim? Não é analisado.

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

Aí os técnicos falam e é muito louco, parece que os técnicos não são cidadãos. A gente precisa tirar esse imbróglio. No País, eu sei que tem o problema do orçamento impositivo, só que algumas regras precisam ser mudadas. Uma emenda que é para investir em educação ser congelada ou usar coisas técnicas e aí o pessoal do jurídico da Câmara tem de começar a trabalhar porque não vivemos em estado de exceção?

Do jeito que o orçamento está dado é ruim porque a sociedade civil vem na Câmara Municipal, faz toda a discussão da política pública, dialoga com os Vereadores. O orçamento é muito louco. As pessoas falam que o orçamento da Cidade começa a partir do Carnaval, mentira, começa a partir de junho porque o orçamento só começa a ser liberado a partir de junho. Só que as pessoas pensam que a gente não sabe fazer matemática. O orçamento é de 54 bilhões e vai arrecadar só 48 bilhões, desculpa, 48 bilhões é bastante dinheiro. Agora, qual a fatia que está sendo cortada?

A área técnica da Fazenda, da parte econômica do Executivo, precisa revolucionar a sua mentalidade porque neoliberalismo, eles são bons. Agora, do outro lado, a sociedade. A sociedade está ficando indigesta. A área da cultura gera trabalho e o trabalho de vocês atrapalha tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereadora Soninha.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Vou defender os técnicos, Pirata, porque entra Governo e sai Governo e eles têm de responder pelas contas. Eu tive uma reunião com o Secretário da Fazendo implorando o descongelamento de recursos da assistência social para honrar compromissos assumidos, para honrar termos de convênio, que agora deixam de ter essa nomenclatura, são termos de colaboração à luz do novo marco. Enfim, mas implorei ao Secretário da Fazenda liberar recursos congelados para honrar serviços já prestados em termos de convênios e ele me dizia que esse recurso congelado não é que estamos querendo assegurar que o dinheiro chegue até o final do ano. Porque se corre o risco de você liberar o dinheiro todo no começo do ano e depois não conseguir honrar as contas. Ele falou assim: "Esse dinheiro congelado é porque ainda ele não existe".

Aí, tivemos de argumentar seriamente com o Secretário e se comprometer com o corte de despesas e de despesas descontroladas, não precisa simplesmente fazer sacrifício, a gente tem de fazer cortes e sacrifícios, ok, mas muito do dinheiro da assistência social é gasto com controle muito menor do que o necessário. Então, eu tive de me comprometer com o Secretário e dizer que a gente tinha a perspectiva de redução de gastos na assistência social fazendo um controle mais próximo, mais rigoroso e mais verdadeiro dos recursos que são repassados todo o mês.

A assistência social paga 74 milhões por mês em convênios. É muito dinheiro por uma qualidade de serviço, em geral,....tem serviços excelentes, mas muitos serviços de qualidade bem discutível e população em situação de rua é uma das categorias de serviços prestados pela assistência social, tem muito mais: mulheres, crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência e coisa e tal. Enfim, eu tive de convencer o secretário que ele podia antecipar cotas de dezembro porque de fevereiro até dezembro a gente conseguiria enxugar os gastos e não chegar em dezembro precisando daquele dinheiro de dezembro. Mas foi difícil convencer o Secretário porque ele disse o seguinte: "Em dezembro, eu posso não estar aqui, nem você". Ele não estava sendo profético, não, foi um comentário, uma maneira de dizer. Mas eles vão esta; os técnicos vão estar, e as contas terão que ser pagas.

É curioso o orçamento público porque, por um lado, é muito livre, já que é uma estimativa de receita feita agora e, depois, no segundo semestre, para o ano que vem todinho. Mas a receita é sujeita a mil e um solavancos e a equipe técnica está sendo fazendo a projeção dos índices, da crise, da inflação, do câmbio, da política fiscal, etc. Então, é uma previsão. Os Vereadores têm a possibilidade, a prerrogativa de mexer nesses números. Acontece que se, por exemplo, há uma previsão feita pelo Executivo de uma receita de 53 bi, os Vereadores podem decidir prever uma receita de 54 bi, que o Executivo está sendo muito pessimista para depois ter mais dinheiro lá na frente e usar como quiser. O Poder Legislativo pode dizer que a previsão de receita do Governo está muito pessimista e mantém os 54 bi.

Um bilhão de estimativa de receita sem lastro é muito dinheiro também. Ter uma receita real...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Esta reunião está sendo gravada. Por favor, fale no microfone.

O SR. PIRATA – Sobre essa leitura da coisa técnica, do orçamento que aumenta, em primeiro lugar, estamos falando do serviço social e não há porcentagem para o serviço social no Orçamento. Tem isto no Orçamento da Cidade: não há nada que obrigue a investir. Há porcentagem de investimento na área da educação e na área da cultura, mas não há uma porcentagem para a área do serviço social. Essa discussão, temos que trazer para esta Casa. Qual a efetivação do SUAS na Cidade? Já a precarização, é outra coisa, mas a função básica é atender à população pobre.

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

Sobre o Orçamento, quero dizer que respeito os Vereadores desta Comissão, pois eles têm um período muito pequeno para discussão. Eu entendo o Orçamento da Cidade e o Orçamento do País, eu sei por que o País está zoado. Entendo também por que esta Casa nunca faz a discussão do bendito dinheiro do transporte público, apesar receberem mais cem milhões além de receber da população.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Dois bi, no caso.

O SR. PIRATA – Esse cara está ganhando a maior grana; o cara é dono de ilha. Agora, a Assistência Social tem corte.

O Executivo tem o poder de desconsiderar toda a política pública discutida na Cidade. Temos que inverter isso. Sei que não é um Orçamento impositivo, mas ele precisa ter algumas regras.

Eu entendo a questão do técnico, mas ele é obrigado a proferir o mesmo discurso toda hora e o pior é que essas pessoas falam com a gente como se fôssemos estúpidos. Se toda hora ouvimos sobre o mesmo tema, não somos mais estúpidos na área da economia. Sei do Orçamento e sei da arrecadação.

O que são cinco bilhões para a cidade de São Paulo hoje? Nada. Vão privatizar para cinco bilhões sendo que o Orçamento é de, no mínimo, 43 bilhões? Este é um país que atualmente passa por desemprego.

Acho que uma parte da Câmara Municipal de São Paulo está muito engessada, mas quero acreditar que este pessoal que está aqui agora consiga discutir melhor este Orçamento, que é importante para destravarmos algumas coisas. A Prefeitura acabou de aprovar um selo de conformidade para a Cidade, e a sabemos o quanto custa selo. E a Prefeitura, então, o orçamento da Cidade, agora, é ISO 9000?

A SRA. SONINHA FRANCINE – Então, Pirata, é o seguinte: era um começo de raciocínio. O que eu quero dizer é que a parte mais móvel da previsão do orçamento é a da receita. E não é só a Comissão de Orçamento e Finanças com a sua assessoria técnica é quem decide. Vai a votos no Plenário e as decisões da Câmara são políticas, mais ou menos baseadas em previsões dos técnicos. E é assim que tem de ser, porque os técnicos podem fazer previsões diferentes e vamos tomar uma decisão – seja o técnico em finanças, seja o Jurídico. O fato é: a receita é uma estimativa. Uma parte muito considerável da despesa é fixa, obrigatória, porque você tem a folha de pagamento, você tem as aposentadorias e pensões, tem os precatórios, tem o percentual da Saúde, tem o percentual da Educação. Então, o orçamento já é muito limitado pelo custeio, pela manutenção das atividades. E, no fim, sobra um pouquinho, dentro da pizza do orçamento. O que sobra para investimento, aquilo que pode ser decidido, vai para cá, vai para lá, vai melhorar aqui, vai ampliar aqui, vai criar novos serviços, é uma porcentagem muito pequena do orçamento.

Então, o que eu quero dizer é que o orçamento impositivo é um anseio de Vereadores, dos conselhos que também fazem, produzem as suas propostas orçamentárias, das conferências municipais, que também produzem documentos com expectativas orçamentárias. Então, temos a expectativa de que o orçamento seja o mais realista possível. Mas uma lei é sempre objeto de debate, de disputa política. Então, alguns Vereadores, por exemplo – isso não é uma acusação, nem uma crítica, é uma constatação -, fazem costar uma emenda como uma afirmação política. Então, por exemplo: "Olha, eu vou criar, aqui, uma emenda que é para haver gratuidade no transporte público para todos os professores da escola pública municipal". E ele faz consignar, ali, um valor que não paga nem um mês de gratuidade. Mas é um gesto político de marcar posição.

Então, sim, queremos que o orçamento seja o mais realista possível. Por favor. Mas achar que seja possível dizer que o que saiu escrito na Lei Orçamentária é aquilo e pronto, não é real. E nós nem gostaríamos disso, porque vai haver, em nosso interesse – digo, interesse da sociedade civil, interesse dos cidadãos -, momentos em que vamos querer que haja alterações no orçamento para atender a demandas da própria sociedade civil. E a receita é flutuante, de todo jeito, porque você tem repasses obrigatórios, estaduais e federais, têm transferências voluntárias, têm as emendas de deputados federais que conseguimos puxar para os investimentos.

Eu vou falar uma coisa: para quem está no Executivo, às vezes a emenda parlamentar é a nossa salvação. Quando eu era subprefeita já era assim. Eu precisava de um recurso para implantar alguma obra, alguma intervenção na subprefeitura da Lapa. Eu precisava, às vezes, de uma faixa de pedestres em um determinado lugar e a CET me dizia: "Ah, nosso orçamento não dá. Não está previsto". Aí eu conseguia um Vereador que destinava uma emenda.

Então, no fim, para o Poder Executivo, às vezes, a emenda é o que socorre o gestor que está lá na ponta e o seu próprio orçamento está limitado. Então, tem de haver uma flexibilidade orçamentária no interesse da sociedade, de um modo geral. Senão, iriam me dizer assim: "Olha, não tem dinheiro para faixa de pedestres este ano, pronto, acabou. Espere o ano que vem". E precisamos ter essa possibilidade de uma luta política, inclusive, fazer com que os recursos sejam direcionados para necessidades que nem estavam previstas na Lei Orçamentária, mas sabemos da urgência delas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Soninha, me mandaram a seguinte mensagem: "Na greve geral têm saídas dos Sem Terra da BR 140, dos Sem Teto da Praça da Sé, e dos Sem Título Mundial do Allianz Parque". Isso é uma maldade que estão fazendo...

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Bom, o que eu vou instigar aqui é o seguinte, sobre essa apresentação do projeto: Eu participava, vamos dizer, da primeira assembleia ou a primeira audiência pública da Assembleia Constituinte, 88; estava com meus 22 anos na época, e lá eu apresentei duas teses, tese escrita. Uma delas foi a criação do Sistema Único de Saúde no País, e a outra criava, vamos dizer, um capítulo na Constituição, instituindo, vamos dizer, o controle social e (inaudível) o Governo Federal e os Governos Estaduais e Municipais aplicavam, vamos dizer, os planos de metas, mas, referente aqui, até vou propor para o Jair, metas, vamos dizer. Eu acho que o Prefeito aqui da cidade de São Paulo tem que apresentar, no máximo, 35 metas, mas metas de peso, empregada(?) de cem(?) a 120 projetos, e o que eu vejo aqui, na cidade de São Paulo, vamos dizer, o Governo Alckimin, ele vem navegando sobre as águas turvas durante esses 20 anos. O sistema criminoso que ele(?) tem, para desviar, vai chegar a cerca de 100 bilhões até o final do mandato dele. Isso expulsou 40% das empresas aqui da cidade de São Paulo e da região metropolitana, que hoje, a cidade de São Paulo tem um milhão e 200 mil, vamos dizer, pessoas desempregadas aqui na cidade de São Paulo. Isso é um verdadeiro absurdo com a metrópole, uma metrópole cosmopolita igual São Paulo; 1.200 pai de família que vai dormir hoje, vai dormir todas as noites pensando como é que ele vai colocar um cafezinho na mesa dos seus filhos. Isso é um verdadeiro crime, um verdadeiro crime contra a humanidade, um verdadeiro crime contra a sociedade, vamos dizer, paulistana, não é?

E eu vou dizer três fatores, vamos dizer, três fatores aqui em relação(?) de renda por PIB da cidade de São Paulo e de emprego. O PIB da cidade de São Paulo atingiu, vamos dizer, em 2015, 575 bilhões de reais. O Esporte gera 28,5% para esse PIB e gera vários empregos. Em segundo, vem o Turismo, com 12.2, e, em terceiro, a Cultura, em segundo, a Cultura, aliás, com 13,6, gerando riqueza do PIB da cidade de São Paulo e também empregos, e, nos planos de metas agora, vamos dizer, do Prefeito Doria, eu não vi nenhuma, vamos dizer, nenhuma meta de peso para resgatar, vamos dizer, o emprego aqui da cidade de São Paulo.

Essa então, eu proponho uma proposta para o Presidente desta Comissão, que se discute, vamos dizer, o orçamento. Tem que se discutir, vamos dizer, o PIB da cidade de São Paulo, que vai 40% para o Estado, nada investe aqui, na cidade de São Paulo, e 13% para o Governo Federal. É o que eu tinha para dizer.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Anuncio aqui a presença do nosso querido Vereador Reginaldo Tripoli.

Não há mais oradores inscritos. Em não havendo mais nada a tratar, quero aqui fazer um registro, que eu estou propondo um calendário, na LDO, já de duas audiências públicas obrigatórias. Nós fazemos cinco temáticas. Então, preciso da força de vocês aí, para que essa comissão, porque a gente quer, numa tradição, já faço um grande debate sobre a LDO, a LDO. O Vereador Ricardo Nunes foi designado relator neste compromisso, de proporcionar essas audiências. Temos dez quartas-feiras até o recesso. Estou propondo sete quartas-feiras de um grande debate antes da comissão, com a LDO. Em não havendo mais nada a tratar, está encerrada a audiência pública dos projetos.

Muito obrigado pela presença de todos.

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

Segue(m) juntado(s), nesta data, documento(s) e papel de informação rubricado(s) sob folha(s) nº 43. Em 8/6/18.

Felipe Fairbanks
RF. 11.443-SGP. 12

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

autuado por Felipe Ferreira Fairbanks em 13/06/2018 16:20:33.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Folha nº 43 do Proc.
Nº 6 de 2013
Felipe Fairbanks
RF 11.443-SGP-12

865/18

PARECER Nº **DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 6/2013**

O presente projeto de emenda à lei orgânica, de autoria dos nobres Vereadores Eduardo Tuma e Ricardo Nunes, visa alterar os Arts. 29, 137, e acrescenta art. 137-A, todos da Lei Orgânica do Município de São Paulo, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor à propositura.

Favorável, portanto, é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 6/6/18

Ver. Jair Tatto
Presidente

Verª. Adriana Ramalho

Ver. Atílio Francisco
Relator

Ver. Fernando Holiday

Ver. Isac Felix

Ver. Ota

Ver. Ricardo Nunes

Verª. Rute Costa

Verª. Soninha Francine

Rol 899/18

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DE 12 / 6 / 18
Pág. 122 Col. 4
Conferido

Felipe Fairbanks
RF. 11.443

A SGP 21

São Paulo 12/06/18

Felipe Fairbanks
RF. 11.443

Matéria PLO 6/2013. Documento digitalizado e autenticado por FELIPE FERREIRA FAIRBANKS. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=173679.